Mar 2030 - Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Prioridade 3 – Promoção do Desenvolvimento de uma Economia Azul Sustentável nas Regiões Costeiras, Insulares e Interiores e Fomento do Desenvolvimento das Comunidades Piscatórias e de Aquicultura

Reconhecimento dos GAL e seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (2021-2027)

Concurso para a apresentação de candidaturas

ANEXO II – A

Template para a submissão de candidaturas à seleção de GAL e à aprovação de EDL

1. Designação do GAL

Grupo de Ação Local **GAL-Pesca Litoral Rural**

2. Designação da Entidade Gestora

A **LITORAL RURAL - Associação de Desenvolvimento Regional** (adiante designada LITORAL RURAL) foi a entidade gestora designada pela parceria para apresentação da candidatura ao DLBC-Desenvolvimento Local de Base Comunitária ligado à Pesca, para o seu reconhecimento enquanto GAL-Grupo de Ação Local e seleção da respetiva EDL-Estratégia de Desenvolvimento Local para a área costeira de intervenção localizada na NUT II Norte e na NUT III AMP-Área Metropolitana do Porto, integrada por 12 freguesias litorâneas contínuas pertencentes aos concelhos de Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim.

De referir que este território de intervenção foi alvo da "Estratégia de Desenvolvimento Local para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Norte da AMP – 2015-2020", promovida e implementada pela AMP – Área Metropolitana do Porto, a entidade gestora designada e acreditada para o efeito em novembro de 2015, tendo o GAL e as lideranças autárquicas entendido escolher, neste novo período de programação, uma entidade gestora mais próxima do território. Esta alteração da entidade gestora prende-se sobretudo com a vocação da instituição e com a proximidade ao terreno que se pretende venha a contribuir para a agilização dos processos e para a qualificação da procura de apoios por parte do tecido empresarial e institucional local presente no território de intervenção. Do ponto de vista da parceria que integra o GAL Pesca Litoral Rural, verifica-se um alargamento da sua base institucional e empresarial bem como a manutenção da participação dos parceiros chave, facto que reforça a legitimidade de ação da referida parceria.

A **LITORA RURAL**, constituída em fevereiro de 2015, é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que prossegue objetivos de interesse público, apresentando como principal desígnio para a sua constituição a acreditação como Entidade Gestora do programa DLBC, vertente Rural, tendo sido reconhecida em novembro de 2015, assumindo desde então responsabilidades e competências no âmbito da implementação e gestão da EDL num território de intervenção que abrange 39 freguesias pertencentes aos concelhos da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde, coincidindo, parcialmente, com a área de intervenção do GAL Pesca.

Apesar da **LITORA RURAL** não ter histórico de atuação no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária ligado ao Mar, faz parte da sua missão gerar valor económico, cultural e social no território em geral e nas comunidades costeiras em particular, a partir dos recursos endógenos e diferenciadores do território, e através de metodologias inovadoras e potenciadoras de inclusão e coesão social. Assim, fazem parte dos seus objetivos:

- Promover o desenvolvimento socioeconómico do território, não só desde o nível rural, como também urbano e costeiro;
- Valorizar os recursos endógenos e as cadeias de valor;
- Defender, promover e valorizar o património natural, ambiental, cultural, etnográfico e turístico;
- Apoiar a produção e comercialização de produtos locais e a promoção de circuitos curtos de comercialização;
- Animar o espaço rural, costeiro e urbano;
- Promover atividades de fomento ao empreendedorismo;
- Promover o emprego e a empregabilidade;
- Promover atividades de cooperação territorial de âmbito local, regional, nacional e internacional;
- Apoiar projetos com impacto social, económico e cultural.

A **LITORAL RURAL** tem uma experiência considerável na implementação, gestão e dinamização de projetos em parceria, envolvendo entidades públicas e privadas na promoção do desenvolvimento regional em áreas como a agricultura, cultura, património, ambiente, entre outras, asseverando as competências instaladas na contratualização de fundos, sobretudo ao nível de projetos-piloto para o território, mobilizadores de fundos públicos e de captação de investimento privado.

Em matéria de experiência por parte da LITORAL RURAL, importa destacar a execução da DLBC Rural com um investimento total de mais de 4M€, cuja operacionalização possibilitou a criação de uma rede de apoio – através de parceiros locais e gabinetes de apoio municipal - facilitando o acesso dos potenciais beneficiários aos instrumentos de apoio e promovendo o investimento empresarial na reestruturação da produção agrícola, na valorização dos produtos de base local, no uso de tecnologias mais sustentáveis e na criação de capacidade para intervir nos mercados através de novos processos, tais como criação de marcas, introdução de processos de inovação e certificação e instalação de novas plataformas de negócio em ambientes rurais.

Seguindo as recomendações do Acordo de Parceria "Portugal 2020", a LITORAL RURAL manteve a focalização temática na implementação da DLBC Rural, desempenhando as funções de gestão, acompanhamento, animação e avaliação relativas à implementação da sua EDL. Para além disso, promove projetos individuais ou em parceria com outras entidades, para dar resposta aos desafios e objetivos definidos na EDL. Entre os vários projetos implementados destacam-se:

- a criação de uma marca territorial "AQUI DA TERRA" à escala dos seis concelhos de intervenção da DLBC Rural, operacionalizada no âmbito da medida 10.2.1.4 - Cadeias curtas e Mercados locais da Ação 10.2 do PDR2020, que permitiu a definição de uma estratégia conjunta para valorizar as práticas agrícolas existentes e promover as vendas de proximidade, o que possibilitou o desenvolvimento do trabalho em rede, a troca de experiências e de boas práticas e a consequente criação de um modelo de gestão dos espaços inovador e que favoreceu o desenvolvimento destas atividades produtivas e comerciais de base local;
- a capacitação e qualificação das empresas do setor do turismo através do projeto "LITORAL RURAL EMPREENDE - Estratégia de Qualificação para o setor do TURISMO" apresentado ao Aviso n.º NORTE-53-2020-01 Sistema de Apoio às Ações Coletivas – Qualificação, que permitiu estudar o perfil das empresas do setor do turismo e efetuar o diagnóstico das necessidades de capacitação dos agentes do setor, desenvolver uma estratégia de marketing para valorizar e promover a identidade local, criar um observatório para aumentar as competências do setor e promover a economia digital para aumentar a competitividade e sustentabilidade das empresas do território;
- a operacionalização do projeto Cooperação "Caminho de Santiago – PDR 2020" que integra uma parceria interterritorial entre a Litoral Rural, a ADRIL, a ADRIMINHO e ATHACA, tendo como principal objetivo divulgar o património material e imaterial associado ao traçado do Caminho Português de Santiago (através do levantamento das experiências proporcionadas pelo Caminho aos peregrinos nas suas diversas formas: sociocultural, paisagística, enogastronómico, religiosa, artística) bem como valorizar o Turismo Rural e a produção local (através da divulgação da oferta de acomodação e restauração dos territórios em cooperação);
- a operacionalização do projeto "Cooperação Ação Organizacional – PDR 2020" que integra uma parceria entre a Litoral Rural, o Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe e a FENAPA - Federação Nacional de Pequenos Agricultores de São Tomé e Príncipe, que permitiu desenvolver um programa de capacitação Organizacional/institucional no território da Litoral Rural, dirigido a líderes associativos, para apoiar na implementação de boas práticas organizacionais de forma a fortalecer a rede dos seus associados, criar estratégias para a organização e planeamento da produção, para a distribuição dos fatores de produção, para a organização de feiras agrícolas e para o desenvolvimento de modelos organizacionais e estratégias de criação de marcas e promoção de produtos locais.

Por último, referir que a possibilidade de a LITORAL RURAL ser a entidade responsável pela gestão e implementação da EDL no âmbito Rural e da EDL no âmbito Costeiro, permitirá uma maior sinergia, articulação e complementaridade entre estratégias e investimentos, com claros ganhos para o território de intervenção.

3. Caracterização e Diagnóstico do território

3.1-Enquadramento do Território de Intervenção

A área costeira de intervenção do GAL-Pesca Litoral Rural está localizada no Norte de Portugal, em 3 municípios contínuos pertencentes à NUT III AMP-Área Metropolitana do Porto, nomeadamente Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim. O território de intervenção é composto por 12 freguesias litorâneas contínuas com relações funcionais entre si e com uma população de 183.700 habitantes.

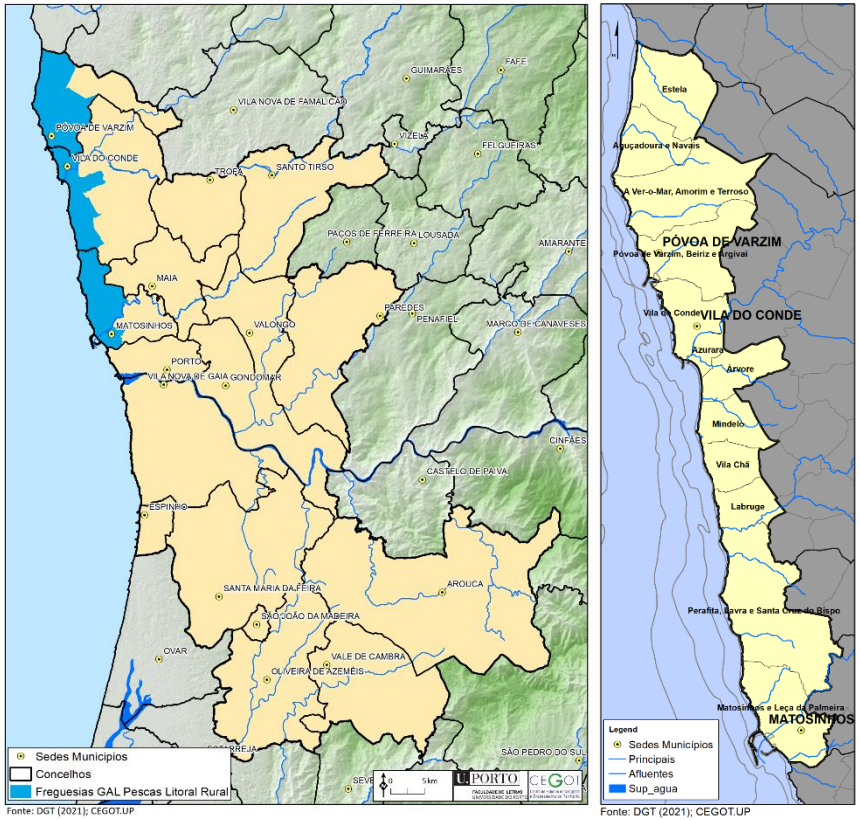
No interior do GAL surgem áreas com um relevo mais acentuado e movimentado, onde se desenvolvem predominantemente as áreas florestais e agrícolas, com pequenos núcleos habitacionais, desenhando uma paisagem com uma forte compartimentação do território.

Ao longo do litoral desenvolve-se uma plataforma de baixo-relevo, com alguns sistemas dunares de significativas dimensões e onde se localizam os aglomerados populacionais com maior expressão, nomeadamente as frentes urbanas de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Matosinhos e um conjunto de aglomerações ao longo do litoral.

É ainda de referir a densa rede hidrográfica, com três bacias – a do rio Este, a do rio Ave e a do rio Leça – que estruturam e valorizam a paisagem costeira.

Face a esta ocupação e uso do solo, toda a zona costeira do GAL está sujeita a um conjunto de riscos ambientais, decorrentes da impermeabilização do litoral, da degradação dos ecossistemas dunares resultantes da construção urbana costeira, do recuo da linha de costa e da degradação costeira[1].

Enquadramento regional da DLBC Litoral Norte e Identificação das freguesias da área de intervenção



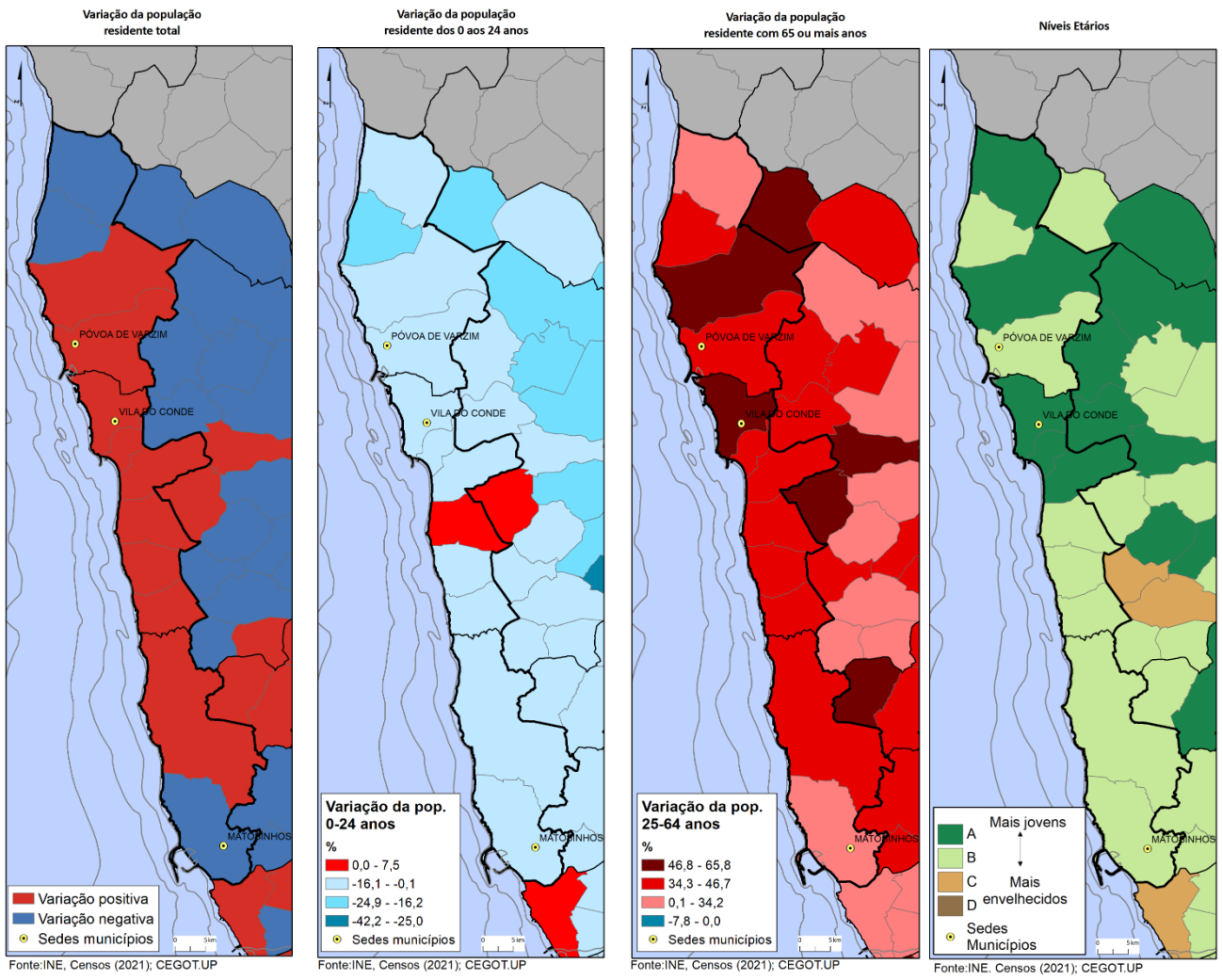
[1] PROT Norte, Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional, Relatório Final, maio 2007

3.2-A Comunidade Costeira do GAL Pesca Litoral Rural

Em 2021 residiam no território do GAL cerca de 183 mil habitantes, num contexto de aumento da população residente (mais 1,6%, entre 2011 e 2021), com destaque para as freguesias do concelho de Vila do Conde (Mindelo, Vila Chã, Árvore e Labruge). Apenas 3 freguesias registaram um decréscimo populacional, com particular destaque para a U. F. de Aguçadoura e Navais, na Póvoa de Varzim, que perdeu 6% da sua população residente.

O potencial jovem residente - população com menos de 25 anos - tem vindo a perder importância nos últimos anos, à exceção da freguesia de Mindelo em Vila do Conde. Face ao contexto metropolitano, o território do GAL teve um aumento mais acentuado da população residente com mais de 65 anos entre os últimos censos (40%, valor elevado comparativamente com os 33% da NUT III AMP).

Apesar deste envelhecimento populacional, este território apresenta uma estrutura etária jovem e territorialmente homogénea, sendo nas freguesias a norte que a população mais jovem (com menos de 25 anos) tem maior peso no total da população residente.



A capacidade de atração de população deste território também se reflete na presença de população residente de nacionalidade estrangeira. A taxa de crescimento migratório entre 2011 e 2021 foi positiva em quase todas as freguesias que pertencem ao GAL, à exceção de 3 freguesias, que também tiveram uma perda populacional nesse período, a saber Estela, U. F. de Aguçadoura e Navais e U. F. de Matosinhos e Leça da Palmeira.

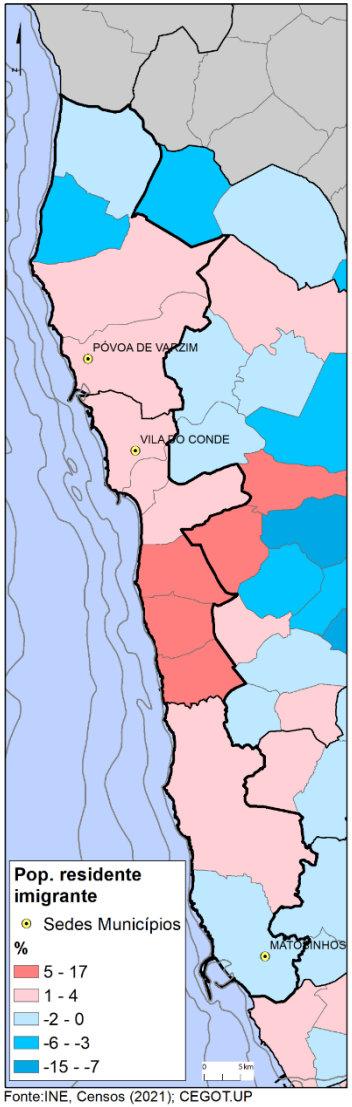
Apesar desta disponibilidade de stock populacional e do perfil jovem do GAL, a quebra demográfica da população ativa demonstra a dificuldade em renovar as saídas do mercado de trabalho. Em 2021, o índice de renovação da população ativa era de 72,5%, o que significa que a população com idade para entrar no mercado de trabalho (entre os 20 e os 29 anos) é relativamente menor que a população com 55-64 anos, quase a sair do mercado de trabalho. A territorialização deste indicador revela que os valores mais críticos estão nas freguesias sobretudo no norte do concelho da Póvoa de Varzim e na freguesia de Árvore, do concelho de Vila do Conde (superiores a 80%).

Índice de envelhecimento e de renovação da população em idade ativa, por freguesia, em 2021

Concelho	Freguesia	Índice de Envelhecimento	Índice de renovação da população em idade activa
Matosinhos	U. F. de Matosinhos e Leça da Palmeira	173,0	66,0
	U. F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	162,5	65,4
Póvoa de Varzim	Estela	133,7	86,6
	U. F. de Aver-o-mar, Amorim, e Terroso	147,8	86,6
	U. F. de Aguçadoura e Navais	169,0	83,1
	U. F. da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai	159,9	79,1
Vila do Conde	Árvore	126,8	81,9
	Azurara	133,2	73,8
	Labruge	148,5	58,2
	Mindelo	157,1	76,5
	Vila Chã	162,4	74,3
	Vila do Conde	138,2	73,1
Total GAL Pescas Litoral Rural		**157,4**	**72,5**
Total 3 concelhos		**167,5**	**72,9**
Total AMP		**174,7**	**75,2**

(1) Relação entre a população que potencialmente está a entrar (entre os 20 e 29 anos) e a que está a sair do mercado de trabalho (entre 55 e 64 anos)

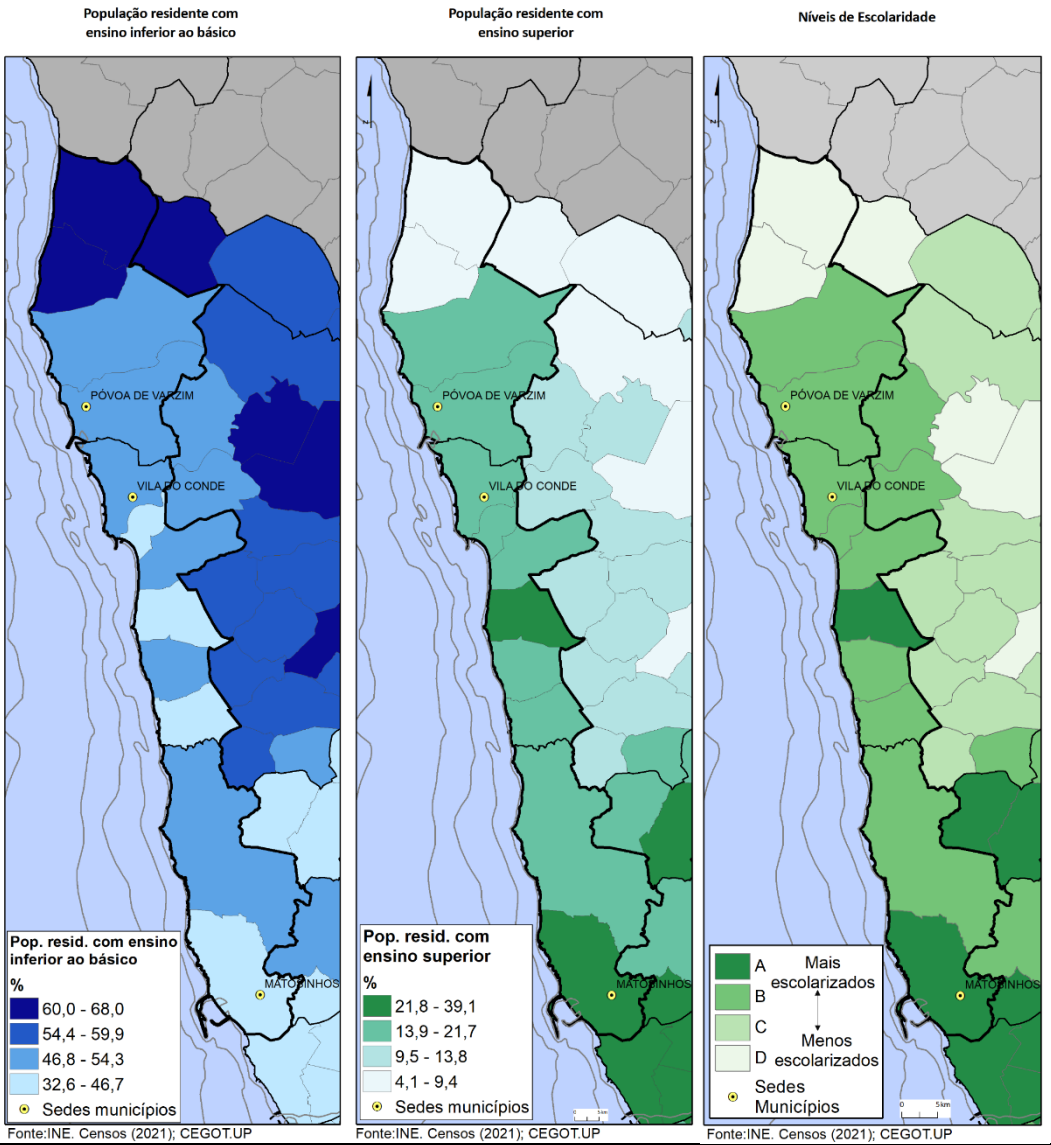
Taxa de crescimento migratório, 2001-2021



Fonte:INE, Censos (2021); CEGOT.UP

O panorama da educação, tendo por referência os indicadores utilizados, não difere substancialmente do panorama metropolitano. Apesar de ter conhecido uma evolução francamente positiva na última década, a situação nas freguesias em análise exige intervenções continuadas e contextualizadas. Deverá sobretudo atender-se à existência de núcleos de maior concentração urbana com elevadas disparidades internas ao nível do acesso e aos níveis de educação.

A síntese territorial dos níveis de escolaridade da população residente revela uma diferenciação espacial dentro do GAL. É nas freguesias localizadas a norte que os valores são mais desfavoráveis, com um maior peso da população com o ensino inferior ao básico, destacando-se Estela e U.F. de Aguçadoura e Navais. As freguesias de Mindelo e da U.F. de Matosinhos e Leça da Palmeira, a sul do território, apresentam níveis de qualificação superiores (23% e 27% da população residente completou o ensino superior, respetivamente).



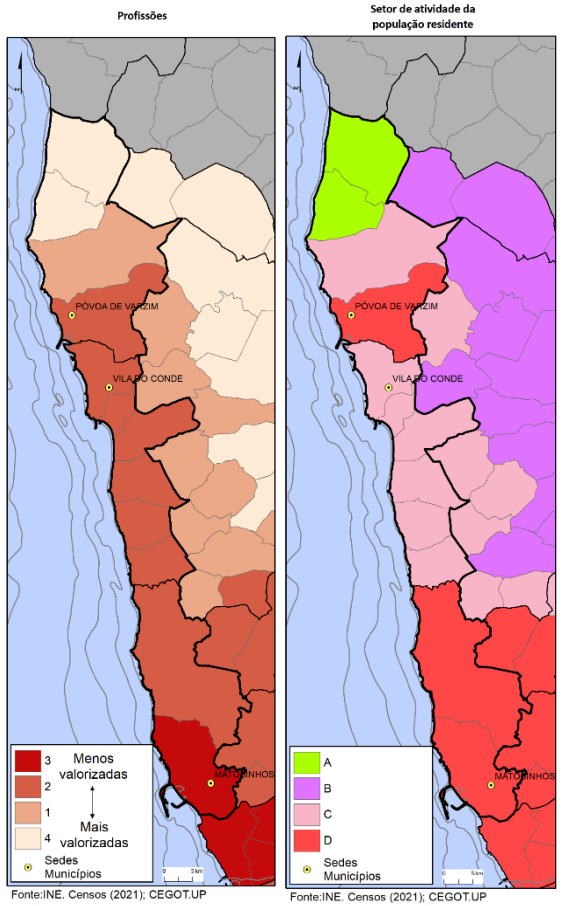
No que se refere à população integrada no mercado de trabalho, observa-se uma melhoria dos níveis de qualificações no território do GAL, com o aumento do peso da população empregada com ensino superior (mais 42% entre os últimos censos, atingindo os 15% do total de população residente empregada). Contudo, existem diferentes realidades espaciais. Nas freguesias do norte do GAL, nomeadamente em Estela, na U. F. de Aguçadoura e Navais e na U.F. de Aver-o-mar, Amorim, e Terroso, residem os profissionais menos valorizados e qualificados, ligados sobretudo ao setor secundário e primário.

No restante território dominam os profissionais mais qualificados e técnicos e administrativos, onde o setor terciário tem maior peso.

População residente empregada, por freguesia, em 2021

		2021										2011				
Concelho	Freguesia	Pop. residente Empregada	Taxa de Emprego	Primário	Primário %	Secundário	Secundário %	Terciário (Social)	Terciário (Social) %	Terciário (económico)	Terciário (económico) %	Taxa de Emprego	Primário %	Secundário %	Terciário (Social) %	Terciário (económico) %
Matosinhos	U. F. de Matosinhos e Leça da Palmeira	21 177	89,6	122	0,6	3 381	16,0	6 458	30,5	11 216	53,0	85,6	0,6	18,3	28,8	52,2
	U. F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	12 547	89,8	134	1,1	2 967	23,6	3 039	24,2	6 407	51,1	83,5	1,3	27,4	22,0	49,3
Póvoa de Varzim	Estela	1 034	95,4	148	14,3	388	37,5	152	14,7	346	33,5	90,0	19,2	38,6	11,7	30,6
	U. F. de Aver-o-mar, Amorim, e Terroso	6 412	92,6	236	3,7	1 962	30,6	1 672	26,1	2 542	39,6	86,9	5,5	33,4	22,9	38,2
	U. F. de Aguçadoura e Navais	2 437	94,4	522	21,4	645	26,5	418	17,2	852	35,0	92,1	27,1	27,0	12,7	33,2
	U. F. de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai	15 370	90,1	529	3,4	3 607	23,5	4 697	30,6	6 537	42,5	83,9	4,7	24,0	30,9	40,3
Vila do Conde	Árvore	2 522	91,5	40	1,6	707	28,0	662	26,2	1 113	44,1	83,9	2,1	30,2	25,0	42,6
	Azurara	1 088	91,1	19	1,7	302	27,8	313	28,8	454	41,7	82,7	1,9	33,2	27,3	37,6
	Labruge	1 417	93,4	49	3,5	389	27,5	364	25,7	615	43,4	86,2	5,0	31,8	24,1	39,1
	Mindelo	1 855	92,2	26	1,4	496	26,7	523	28,2	810	43,7	85,0	3,9	31,1	25,8	39,3
	Vila Chã	1 483	90,0	39	2,6	470	31,7	323	21,8	651	43,9	87,4	2,6	38,1	17,7	41,6
	Vila do Conde	12 686	91,7	1 075	8,5	2 882	22,7	3 554	28,0	5 175	40,8	85,5	12,7	23,6	27,0	36,7
Total GAL Pescas Litoral Rural		80 028	89,5	2 939	3,7	18 196	22,7	22 175	27,7	36 718	45,9	85,2	5,2	24,7	26,1	44,0
Total AMP		758 016	84,3	8 327	1,1	217 499	28,7	202 350	26,7	329 840	43,5	84,3	1,3	30,7	25,8	42,1

Fonte: INE (Censo 2021)

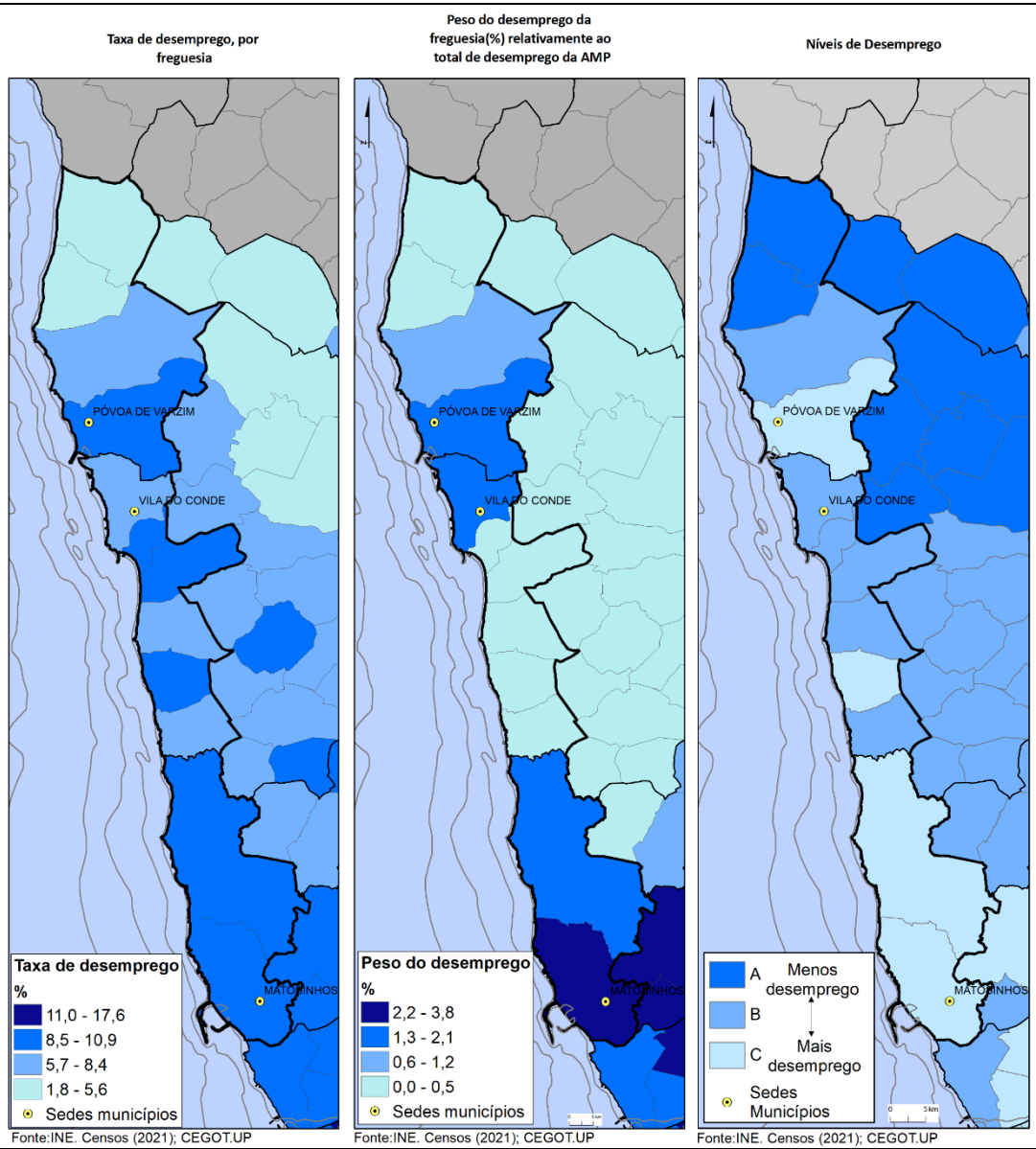


Nota explicativa - "Setores de Atividade na população residente":
Perfil A: freguesias onde o setor primário tem maior peso (17,6%) na população residente empregada, mas onde domina o setor terciário (52,9%).
Perfil B: os residentes repartem-se pelo setor terciário (53,6%) e o secundário (44%). É neste perfil que o setor secundário tem maior expressão.
Perfil C: dominam os residentes empregados no setor terciário (66,4%), mas com 32% no secundário
Perfil D: dominam os residentes empregados no setor terciário (80,4%)

Nos últimos anos, assistiu-se à criação de emprego, com o aumento da taxa de emprego em toda a área de intervenção (89,5% e 85,2% em 2021 e 2011, respetivamente).

Em 2021, neste território residiam 8.161 desempregados, o que representa uma diminuição de 35% relativamente a 2011. Com um valor da taxa de desemprego semelhante ao verificado na NUT III AMP (mas superior ao país), o desemprego jovem, o desemprego de longa duração e o desemprego pouco escolarizado, assumem contornos particularmente relevantes. O desemprego é um fenómeno que traduz múltiplas realidades sociais e problemas diferenciados, evidenciando a necessidade de intervir em torno da criação e qualificação do emprego e da formação profissional. Trata-se de um problema que preocupa os atores e instituições locais, sobretudo as que operam na área da inclusão social.

Apesar de assumirem um perfil territorial heterógeno, é nas freguesias do concelho de Matosinhos que o nível de desemprego tem um peso mais significativo.



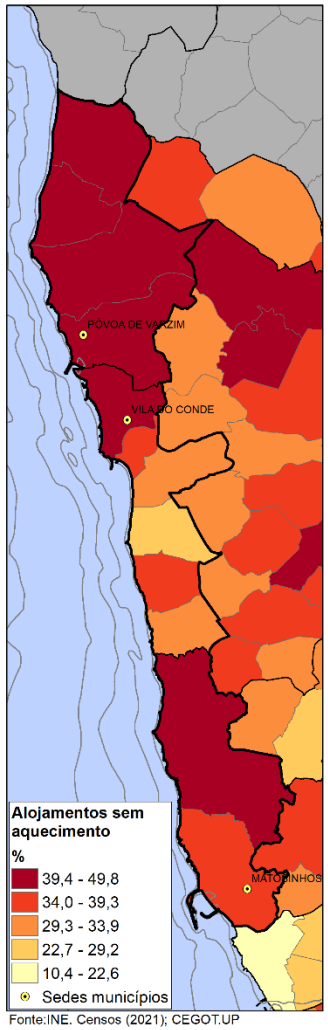
Do ponto de vista da evolução das estruturas familiares e sua composição, foi possível observar uma tendência de diminuição do número de elementos das estruturas familiares. Esta tendência tem sido ditada pelo envelhecimento demográfico da população, fenómeno responsável pela diminuição do número de elementos por grupo doméstico, pelo aumento do abandono e solidão de idosos, com todas as consequências sociais, físicas, psicológicas e simbólicas que esses processos acarretam.

Os alojamentos improvisados ou até mesmo as barracas perderam importância como soluções de habitação no litoral. Contudo, aumentou o número de alojamentos sobrelotados, representando em 2021 quase 14% do total de alojamentos. Por outro lado, existe um contexto propiciador de vulnerabilidade habitacional pela falta de condições materiais e sociais para a manutenção de um espaço habitado com conforto climático e eficiente energeticamente.

Em 2021, no território do GAL quase 12% dos edifícios necessitavam de reparações médias ou profundas, 39% dos alojamentos familiares clássicos não possuíam sistema de aquecimento e 95,5% não tinham ar condicionado. A territorialização destes indicadores releva que:

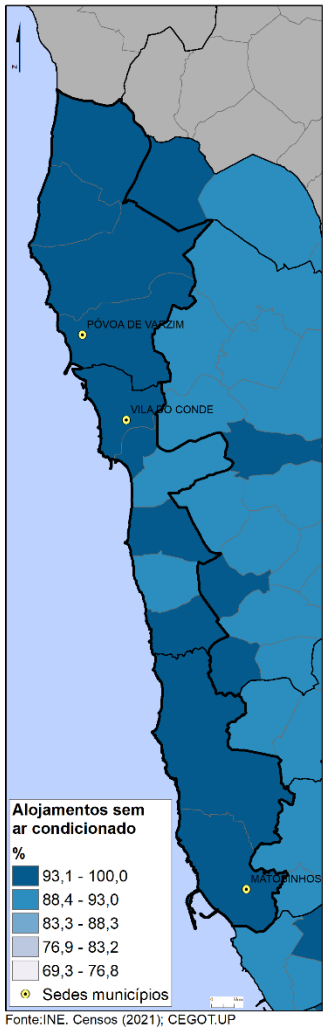
- Os edifícios degradados (com necessidades médias ou profundas) tem maior expressão na U.F. de Aguçadoura e Navais, na U.F. de Matosinhos e Leça da Palmeira e em Estela (representando entre 15% a 20% do total de edifícios nestas freguesias);
- Os alojamentos familiares clássicos sem sistemas de aquecimento concentram-se sobretudo a norte do GAL e na U.F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo (a sul);
- Em todas as freguesias deste território, a quase totalidade dos alojamentos familiares clássicos não possui um sistema de ar condicionado.

Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem sistema de aquecimento



Fonte:INE. Censos (2021); CEGOT.UP

Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem existencia de ar condicionado



Fonte:INE. Censos (2021); CEGOT.UP

Ao nível dos direitos e apoios sociais, é possível identificar como vulnerabilidade a existência de um alargado conjunto de pessoas dependentes das pensões pelo facto de se situarem no âmago das debilidades estruturais que o Estado providência e por equivalerem a níveis muito baixos de rendimentos.

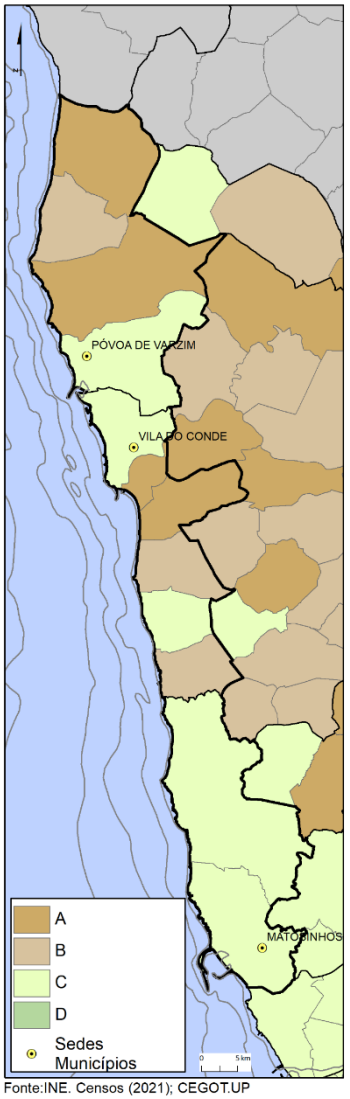
Ao olharmos para os subsídios de desemprego, está patente a discrepância entre aqueles que se encontram na condição de desempregado e aqueles que efetivamente se encontram cobertos por um subsídio de desemprego.

Territorialmente, as freguesias dos perfis de rendimento D e C, que apresentam a estrutura social mais dependente, representam do total da população residente, 49,7% e 46%, respetivamente. Já o perfil de rendimento A representa as freguesias menos dependentes, onde a principal fonte de rendimento é o trabalho, sendo de destacar as freguesias da sede de concelho, a U. F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo e Vila Chã.

Existe também um quadro de incidência de vulnerabilidades em áreas mais urbanizadas, sendo bem revelador do conjunto de situações de emergência social identificadas pelos profissionais que operam no terreno ao nível da alimentação, da habitação ou da energia. Também é possível identificar, um grande número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social. Assim, a inclusão social exige uma intervenção holística que passará pelo emprego, educação, habitação, proteção e inovação social.

Principal fonte de rendimento	A	B	C	D
Trabalho	**53,4**	**51,4**	**48,2**	**45,0**
Reforma	**22,1**	**27,8**	**27,2**	**33,6**
Subsídio de desemprego	2,7	2,5	2,6	2,4
Rendimento social de inserção	1,1	0,6	1,5	1,3
Rendimento de propriedade ou empresa	0,7	0,6	0,6	0,5
A cargo da família	14,4	11,8	14,1	11,9

Fontes de rendimento



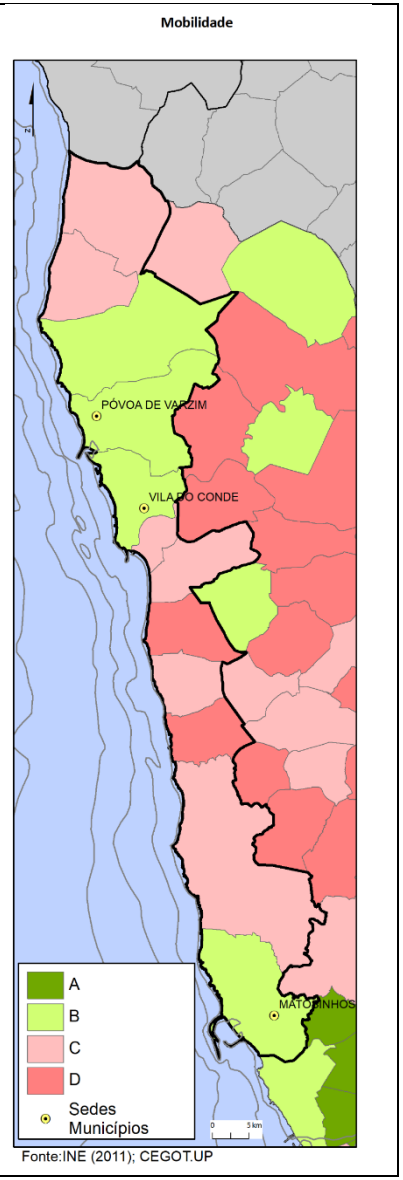
Fonte:INE. Censos (2021); CEGOT.UP

Sendo a mobilidade sustentável um conceito cada vez mais presente nas políticas e estratégias territoriais europeias e nacionais, é necessário conhecer os modos de transporte nas deslocações pendulares casa-trabalho e casa-escola da população residente. No território do GAL, no contexto da NUT III AMP, distinguem-se três perfis territoriais de mobilidade:

- nas freguesias sede de concelho e na U.F. de Aver-o-mar, Amorim e Terroso, o modo de deslocação da população residente é diversificado, mas é onde a mobilidade suave (pedonal e de bicicleta) tem maior peso, comparativamente aos restantes perfis (perfil B);
- nas freguesias Mindelo e Labruge, do concelho de Vila do Conde, o automóvel é a forma de locomoção mais expressiva no total das deslocações pendulares da população residente (perfil D);
- nas restantes freguesias, a forma de deslocação da população residente é bastante diversificada, apesar do transporte individual continuar a ter maior preponderância (perfil C).

Modos de transportes	A	B	C	D
Suaves (pé e bicicleta)	13,7	17,6	10,3	9,1
Transporte coletivo	26,1	11,9	18,1	10,4
Automóvel	60,2	70,5	71,6	80,5

Perfil A: freguesias onde o transporte coletivo tem maior peso (26%) nas deslocação casa –trabalho/escola.
Perfil B: dominam as deslocações em transporte individual, mas é neste perfil que os modos suaves assumem maior expressão (17,6%).
Perfil C: o modo de deslocação da população residente reparta-se entre o automóvel (71,6%), o transporte coletivo (18%) e os modos suaves (10%)
Perfil D: domina o modo de transporte individual (automóvel), com 80,5% das deslocações pendulares.



Fonte:INE (2011); CEGOT.UP

3.3-A Economia Azul no GAL Pesca Litoral Rural

De acordo com o Banco Mundial a economia azul define-se como o uso sustentável dos recursos do oceano, ou seja, é uma economia do mar sustentável, que garanta o equilíbrio, a longo prazo, entre a atividade económica e a preservação dos ecossistemas marinhos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

A economia azul abrange os serviços dos ecossistemas, as atividades diretamente relacionadas com o mar (pesca, aquicultura, transformação e comercialização de produtos da pesca; transporte marítimo e atividades conexas; construção e reparação naval; recursos marinhos não vivos, como a extração de sal marinho; e atividades ligadas aos portos de recreio) e as atividades favorecidas pela proximidade do mar, designadamente o alojamento e a restauração, localizados nas zonas costeiras, e as atividades marítimo-turísticas, das quais se destaca o mergulho, passeios turísticos, pesca desportiva, desportos náuticos, entre outros.

Para além disso, existem outras atividades que não operam no mar, mas dependem dele, como os serviços marítimos, nos quais se inclui a investigação e o desenvolvimento (I&D) em áreas relacionadas, e as atividades emergentes, como a biotecnologia marinha, as energias renováveis marinhas, o armazenamento de gases, a pesquisa e exploração de recursos energéticos não convencionais (hidratos de metano) e os serviços de observação da terra[2].

De acordo com os dados do sistema de contas integradas das empresas do INE[3], a análise dos principais indicadores relativos à economia do mar (atividades diretamente relacionadas), para a NUT III AMP revela que, em 2020:

- 911 empresas integravam este setor diretamente relacionado com o mar, 53% ligadas ao comércio por grosso ou a retalho e 38% na pesca e aquicultura;
- existiam 4524 pessoas ao serviço nas atividades diretamente relacionado com o mar, 35% empregadas na pesca e aquicultura, 27% na indústria da transformação e 35% no comércio por grosso ou a retalho;
- as atividades diretamente relacionadas com o mar geraram um volume de negócios de quase 539 milhões de euros, dos quais 60% provém do comércio por grosso e a retalho, 28% da indústria de transformação e 11% da pesca e aquicultura;
- o valor acrescentado bruto foi de 88 milhões de euros, 35% foram gerados pela indústria de transformação, 33% pelo comércio por grosso e a retalho e 26% pela pesca e aquicultura.

3.3.1-Atividade portuária

O território do GAL Pesca Litoral Rural tem grandes potencialidades em termos da economia azul, pela localização de recursos que aqui se concentram (portos e infraestruturas viárias) e pela centralidade urbana que polariza.

O sistema marítimo-portuário tem particular impacto local, já que constitui uma das principais "portas" de entrada na Península Ibérica e na Europa, sendo por isso um facilitador do dinamismo e da competitividade económica. O porto de Leixões, é a maior infraestrutura portuária do Norte de Portugal e o segundo porto nacional, com um

[2] Agrupamento de atividades relativas ao mar: adaptado de Contas Satélite do Mar, INE

[3] Os dados relativos ao pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB relativo à construção naval, transportes marítimos e atividades conexas são confidenciais.

grande volume de mercadorias movimentadas e de contentores carregados. É o maior porto atendendo ao movimento de embarcações de transporte de passageiros e/ou de mercadorias (INE, Inquérito ao transporte marítimo de passageiros e mercadorias).

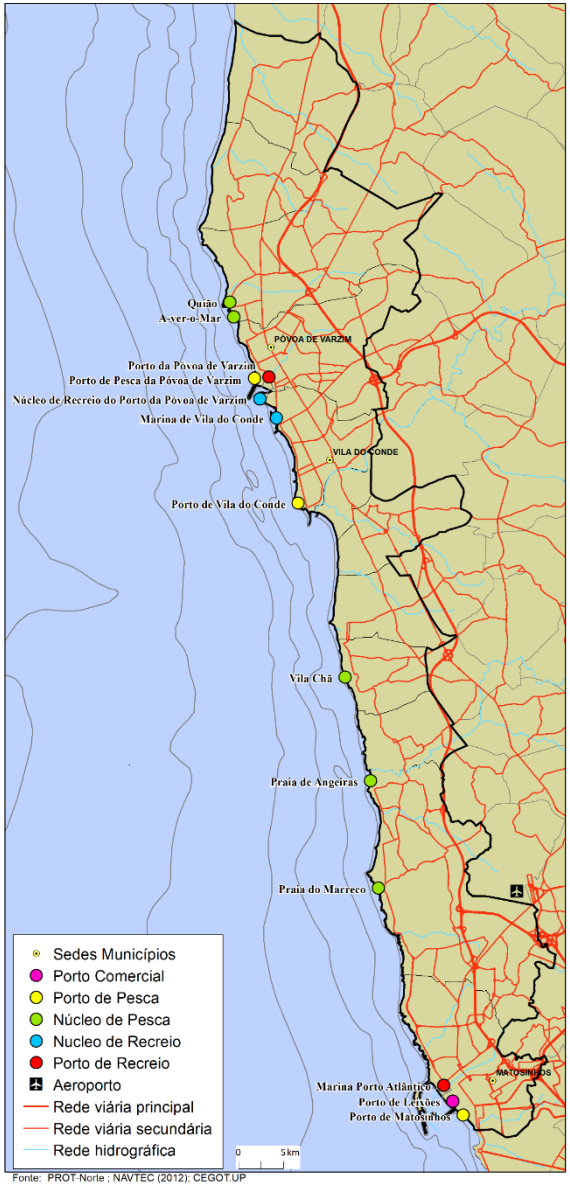
Na área em questão existem 13 estruturas portuárias:

- 1 porto comercial, o Porto de Leixões (concelho de Matosinhos);
- 3 portos de pesca, Póvoa de Varzim, Vila do Conde Matosinhos;
- 5 núcleos de pesca, Quião e A Ver-o-Mar (concelho da Póvoa de Varzim), Vila Chã (concelho de Vila do Conde), Praia de Angeiras e Praia de Marrecos (concelho de Matosinhos);
- 2 portos de recreio, a Marina da Póvoa (concelho da Póvoa de Varzim) e a Marina do Porto Atlântico (concelho de Matosinhos);
- 2 núcleos de recreio, o Núcleo de Recreio da Póvoa de Varzim e a Marina de Vila do Conde.

Os portos de pesca de Póvoa de Varzim, de Vila do Conde e de Matosinhos têm lotas e os núcleos de pescas possuem postos de vendagem. A DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, SA tem a seu cargo a gestão da venda de pescado, bem como o apoio ao sector da pesca e respetivos portos.

Os portos de pescas principais deste GAL são o porto da Póvoa de Varzim e de Matosinhos (INE, Estatísticas da Pesca 2021), sendo ainda de destacar o porto de Vila do Conde, onde se localiza, à semelhança dos outros dois portos, uma capitania Marítima.

Relativamente aos terminais de cruzeiros, existem no continente cinco terminais, sendo que dois localizam-se em Matosinhos (terminal de cruzeiros de Leixões, terminal de passageiros Norte de Leixões).



Fonte: PROT-Norte ; NAVTEC (2012); CEGOT.UP

3.3.2-Empresas e Emprego

A importância das infraestruturas portuárias na dinamização da atividade económica no GAL Pesca Litoral Rural também se reflete nos dados relativos aos estabelecimentos e pessoal ao serviço. Neste território localizam-se cerca de 6800 estabelecimentos empresariais, que empregam quase 63 mil pessoas ao serviço, 10,7% da NUT III AMP. Cerca de 22% deste emprego tem níveis de escolaridade superior, mas com um comportamento territorial muito diferenciado ao nível das freguesias. São as freguesias mais urbanizadas que mostram níveis de qualificação superiores, nomeadamente e por ordem de importância, Mindelo, U.F. de Matosinhos e Leça da Palmeira e ainda a U.F. de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai.

Estabelecimentos e Pessoas ao serviço, em 2020

Concelho	Freguesia	N° de Estabele-cimentos	N° de pessoas ao serviço	Pessoas ao serviço por estabelecimento	N° de Pessoas ao serviço com ensino Superior	% de Pessoas ao serviço com ensino Superior	% de Pessoas ao serviço no setor Primário	% de Pessoas ao serviço no setor Secundário	% de Pessoas ao serviço no setor Terciário
Matosinhos	U. F. de Matosinhos e Leça da Palmeira	2 699	23 741	8,8	6 935	29,2	0,4	13,4	86,2
	U. F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	812	10 845	13,4	1 874	17,3	0,5	19,9	79,6
Póvoa de Varzim	Estela	108	710	6,6	50	7,0	15,5	46,1	38,5
	U. F. de Aver-o-mar, Amorim, e Terroso	408	3 423	8,4	410	12,0	0,8	48,6	50,6
	U. F. de Aguçadoura e Navais	209	875	4,2	52	5,9	14,3	35,7	50,1
	U. F. de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai	1 339	9 224	6,9	1 843	20,0	6,7	18,6	74,7
Vila do Conde	Árvore	291	2 134	7,3	262	12,3	1,5	42,3	56,3
	Azurara	67	628	9,4	113	18,0	0,8	53,0	46,2
	Labruge	78	423	5,4	62	14,7	6,4	34,5	59,1
	Mindelo	133	2 354	17,7	728	30,9	0,4	55,7	43,9
	Vila Chã	60	198	3,3	32	16,2	3,0	29,3	67,7
	Vila do Conde	1 072	7 972	7,4	1 306	16,4	13,1	19,4	67,5
Total GAL Pescas Litoral Rural		7 276	62 527	8,6	13 667	21,9	3,4	21,8	74,7
Total 3 concelhos		11 197	109 314	9,8	25 838	23,6	2,6	27,3	70,1
Total AMP		58 630	586 860	10,0	138 886	23,7	0,8	32,7	66,5

Fonte: Quadros de Pessoal (GEP/Ministério da Economia e Emprego, 2020)

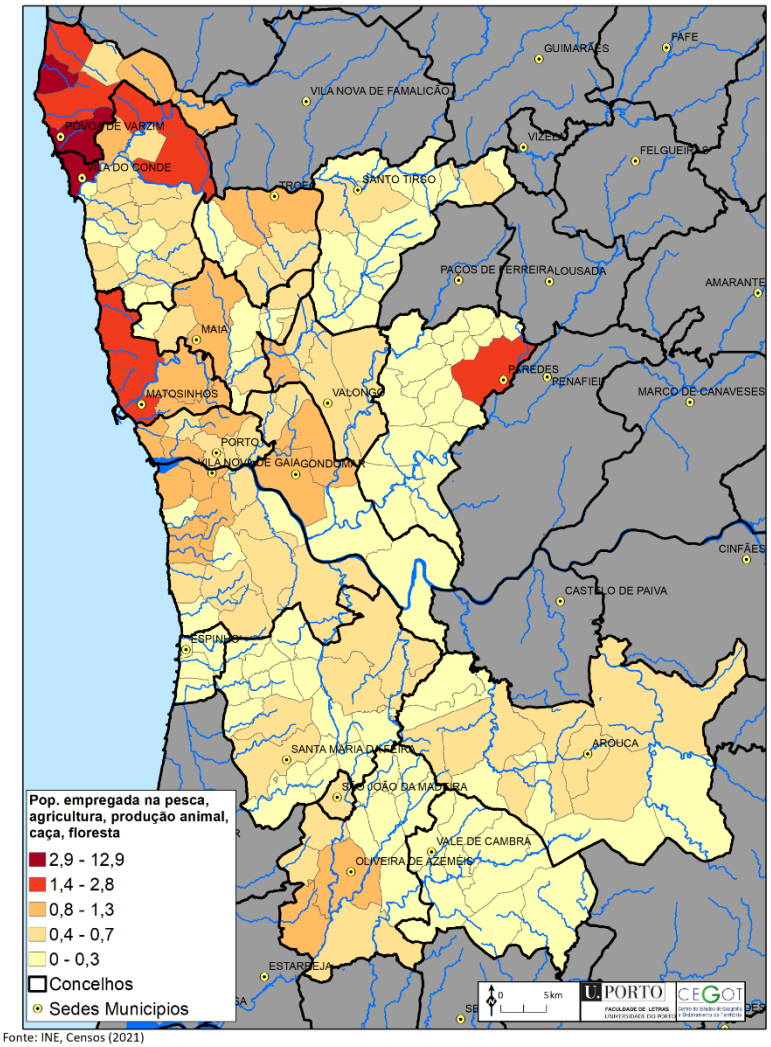
No contexto da NUT III AMP, é nas freguesias que constituem o GAL que a população ativa nas pescas, juntamente com a agricultura, a produção animal, a caça e a floresta, tem um peso mais significativo. A população ativa no sector das pescas tem maior relevância nas freguesias onde se localizam os portos e nas envolventes, demonstrando a influência dos portos na atividade económica do local.

Ao analisarmos os dados do emprego das atividades diretamente relacionadas com o mar, verifica-se que esse padrão territorial se mantém. Dentro das várias atividades diretamente relacionadas com o mar destaca-se a pesca e aquicultura que representam 44% do total do GAL Pesca Litoral Rural. Seguem-se a indústria de transformação e o comércio por grosso e a retalho, que aglutinam cerca de 20% e 18%, respetivamente, do emprego ligado à economia azul. O emprego da construção e reparação naval e o transporte marítimo corresponde a 17% do emprego total (7,9% e 9% respetivamente).

Territorialmente, é nas freguesias do concelho de Vila do Conde que o setor da pesca e aquicultura e da construção e reparação naval têm maior importância, com 65% e 72% do total do emprego destes setores, respetivamente. No concelho de Matosinhos destaca-se a indústria transformadora e os transportes marítimos, que concentram mais de 95% do emprego destas atividades no total do GAL, e o comércio por grosso e a retalho (64% do emprego). Nas freguesias do concelho da Póvoa de Varzim, o setor com maior peso em termos de emprego é a pesca e a aquicultura.

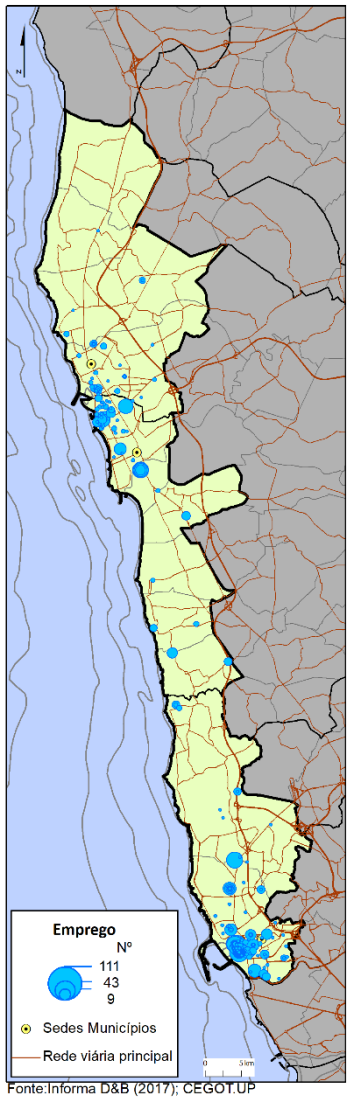
Uma das particularidades do sector das pescas é a sua ligação com outros ramos de atividade, enquanto fornecedor de matérias-primas, como é o caso da indústria das conservas. Este sector tem uma forte presença no polo Matosinhos/Póvoa do Varzim, com uma grande concentração de empresas e de emprego, destacando-se a RAMIREZ (a maior do sector), a GENCOAL, as Conservas Pinhais, a Fábrica de Conservas La Gondola e as Conservas Portugal Norte.

Pop. empregada na pesca,agricultura, produção animal, caça, floresta face ao total da AMP, por freguesia em 2021



Fonte: INE, Censos (2021)

Emprego na Economia do Mar



Fonte:Informa D&B (2017); CEGOT.UP

3.3.3-Atividade piscatória

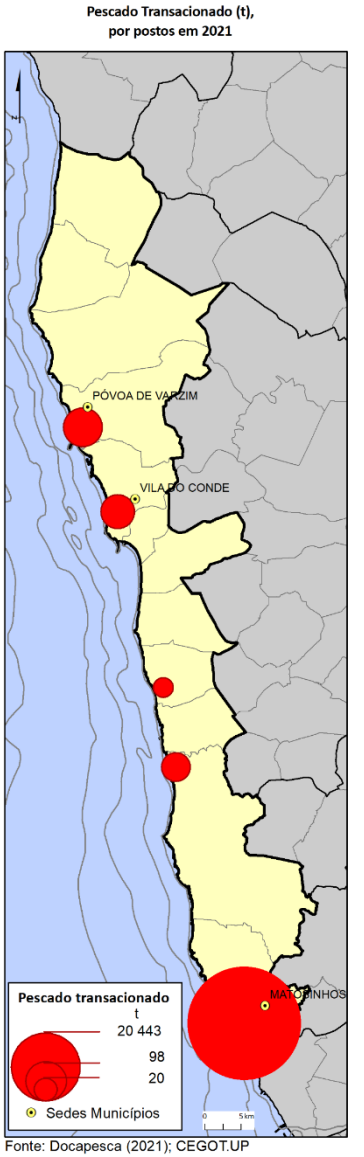
De acordo com as Estatísticas Anuais da Pesca (INE), os pescadores na NUT II Norte representam 36% e no GAL 29%. No porto da Póvoa de Varzim estão inscritos 3204 pescadores, abrangendo mais de metade dos pescadores da região Norte e constituindo o maior porto do Continente a este nível. Esta importância do porto da Póvoa de Varzim é contrariada pelo número de embarcações licenciadas, já que apenas representam 6% das embarcações nacionais (continente). No GAL Pesca Litoral Rural existem 362 embarcações, ou seja, 11% das embarcações do Continente, mas em termos regionais abarca 49% das embarcações.

Embarcações de pesca licenciadas com e sem motor da frota nacional por Porto de registo em 2021

Porto de registo	Total de Embarcações com e sem motor			N° Embarcações de pesca licenciadas com motor		N° Embarcações de pesca licenciadas sem motor	
	N° Total de Embar.	% na NUT II NORTE	% no Continente	N° Total de Embar.	% no Porto	N° Total de Embar.	% no Porto
Viana do Castelo	*376*	*51%*	*12%*	*373*	*99%*	*3*	*1%*
Póvoa do Varzim	195	26%	6%	195	100%	0	0%
Matosinhos	167	23%	5%	165	99%	2	1%
Total GAL Pescas Litoral Rural	**362**	**49%**	**11%**	**360**	**99%**	**2**	**1%**
Total NUT II Norte	**738**		**23%**	**733**	**99%**	**5**	**1%**
Total Continente	**3 258**			**3 232**	99%	**26**	1%

Fonte: INE, Dados Estatísticos (DGRM, Descarga de pesca em portos nacionais)

A análise das capturas nominais de pescado transacionado permite formular conclusões complementares que fundamentam e explicam o peso da pesca na economia local. Apesar de se registar uma diminuição na captura de pescado desde 2011, os portos pertencentes ao GAL Pesca Litoral Rural representam quase a totalidade de pescado capturado da região Norte (88%), o que representa 79% do volume de riqueza gerado nas capturas de pescado a nível regional e 14% a nível nacional (Continente). O porto de Matosinhos assume uma posição de liderança regional enquanto polo de pescado capturado e transacionado. A nível nacional é a segunda maior lota, sendo a lota de Sesimbra a maior lota nacional de pescado capturado.



Fonte: Docapesca (2021); CEGOT.UP

Capturas nominais de pescado por Porto de descarga, em 2021 e 2011

Porto de registo	Total de Capturas nominais de pescado (t)				Total de Capturas nominais de pescado (€ milhares)			
	2021	% na NUT II Norte	% no Continente	2011	2021	% na NUT II Norte	% no Continente	2011
Viana do Castelo	*2 887*	*12%*	*2%*	*2 455*	*10 301*	*21%*	*4%*	*7 124*
Póvoa do Varzim	1 021	4%	1%	2 272	3 672	7%	1%	4 354
Matosinhos	21 185	84%	17%	31 323	35 537	72%	13%	35 352
Total GAL Pescas Litoral Rural	**22 206**	**88%**	**18%**	**23 800**	**39 209**	**79%**	**14%**	**39 706**
Total NUT II Norte	**25 093**		**20%**	**36 050**	**49 509**		**17%**	**46 829**
Total Continente	**123 520**			**143 691**	**284 233**			**236 313**

Fonte: INE, Inquérito aos Pescadores Matriculados por Segmento de Pesca - Estatística Anual da Pesca

Em suma, o porto de pesca de Matosinhos e o da Póvoa de Varzim são os portos com maior relevo quer na região quer a nível nacional (com destaque para o de Matosinhos). Na NUT III AMP, é em torno destes portos que se regista o peso mais elevado de população empregada e de empresas ligadas à economia azul. Tudo isto demonstra o papel dos portos enquanto geradores de riqueza e catalisadores da economia local ligada às pescas.

3.3.4-Atividades turísticas

Dada a atratividade costeira, o peso do turismo é particularmente importante em períodos de férias ou de verão, com uma intensidade de uso muito forte, com implicações por vezes negativas ao nível ambiental e na qualidade de vida e bem-estar dos residentes. Mas é também um ponto forte deste território, porque a procura aumenta com repercussões nos níveis de consumo e de negócio (alojamento sazonal, comércio, serviços pessoais e turísticos e restauração).

Apesar de não se integrar na RN2000, o GAL possui outras áreas de grande relevância para a conservação da biodiversidade, como são exemplo, as áreas protegidas de âmbito regional e local – a Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde e a Reserva Ornitológica de Mindelo no concelho de Vila do Conde (com 8,5 km de extensão), e ainda as areias e cascalheiras que se encontram pontualmente na costa litoral dos concelhos da Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Matosinhos.

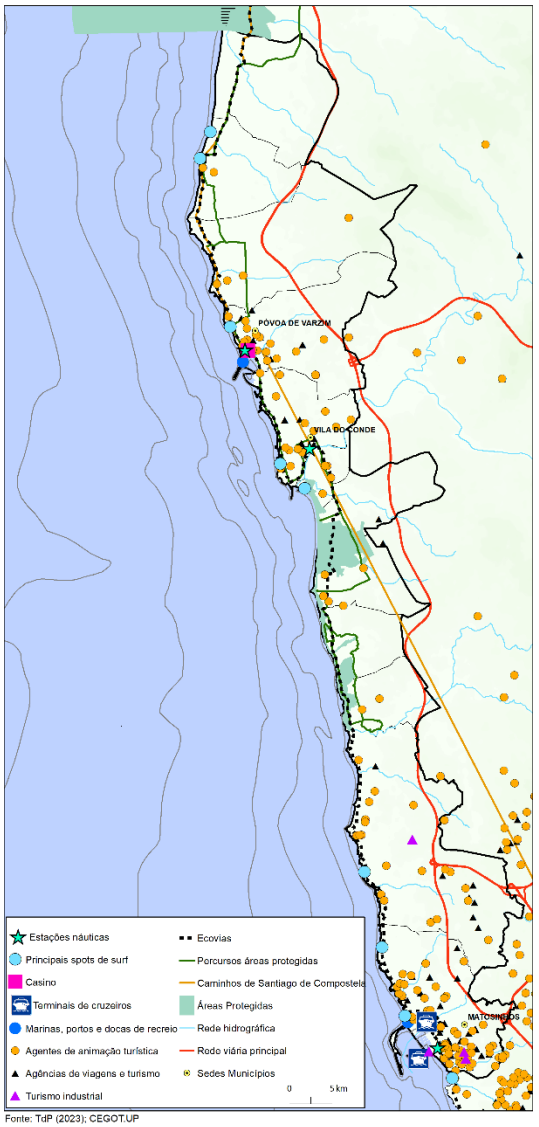
Associado a este património ambiental aliam-se outros recursos naturais de elevado valor turístico como é o caso das inúmeras praias, estuários e dunas, que permitem o desenvolvimento de atividades de lazer, que na sua maioria se devem à reconhecida qualidade da água do mar. Conjuntamente é ainda de referir:

- as marinas, portos e docas de recreio que servem de suporte às atividades lúdicas;
- os desportos náuticos, como o surf, ao qual estão associados os principais spots e as escolas;
- as rotas ligadas ao turismo industrial e o caminho de Santiago - Português da Costa;
- a diversidade de agentes de animação turística ligados ao turismo marítimo e costeiro.

Em termos de distribuição territorial, verifica-se uma forte concentração de equipamentos, infraestruturas e agentes em torno das freguesias sede de concelho de Matosinhos e Póvoa de Varzim.

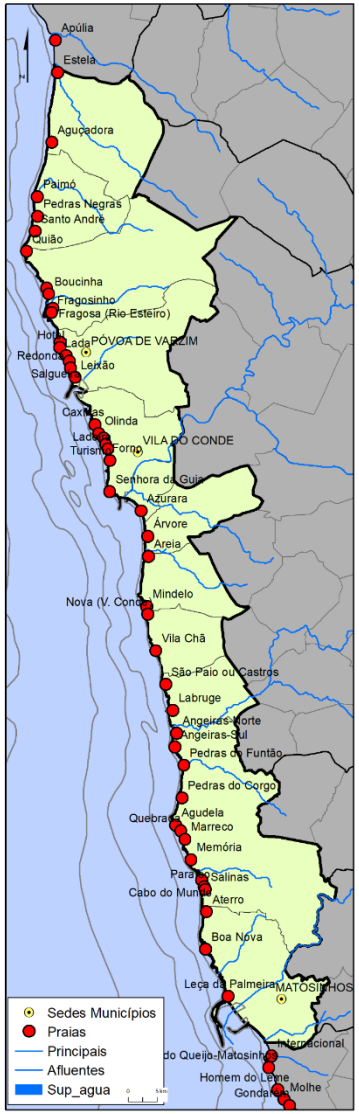
No que toca ao património arquitetónico, na área em questão existem 42 imóveis classificados: 9 imóveis no concelho da Póvoa de Varzim; 19 no concelho de Vila do Conde e 14 no concelho de Matosinhos. Parte deste património tem uma relação com o mar e com a cultura e as crenças religiosas associadas a esta atividade, contribuindo para afirmar a identidade própria e única dos lugares.

Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Turísticas



Fonte: TdP (2023); CEGOT.UP

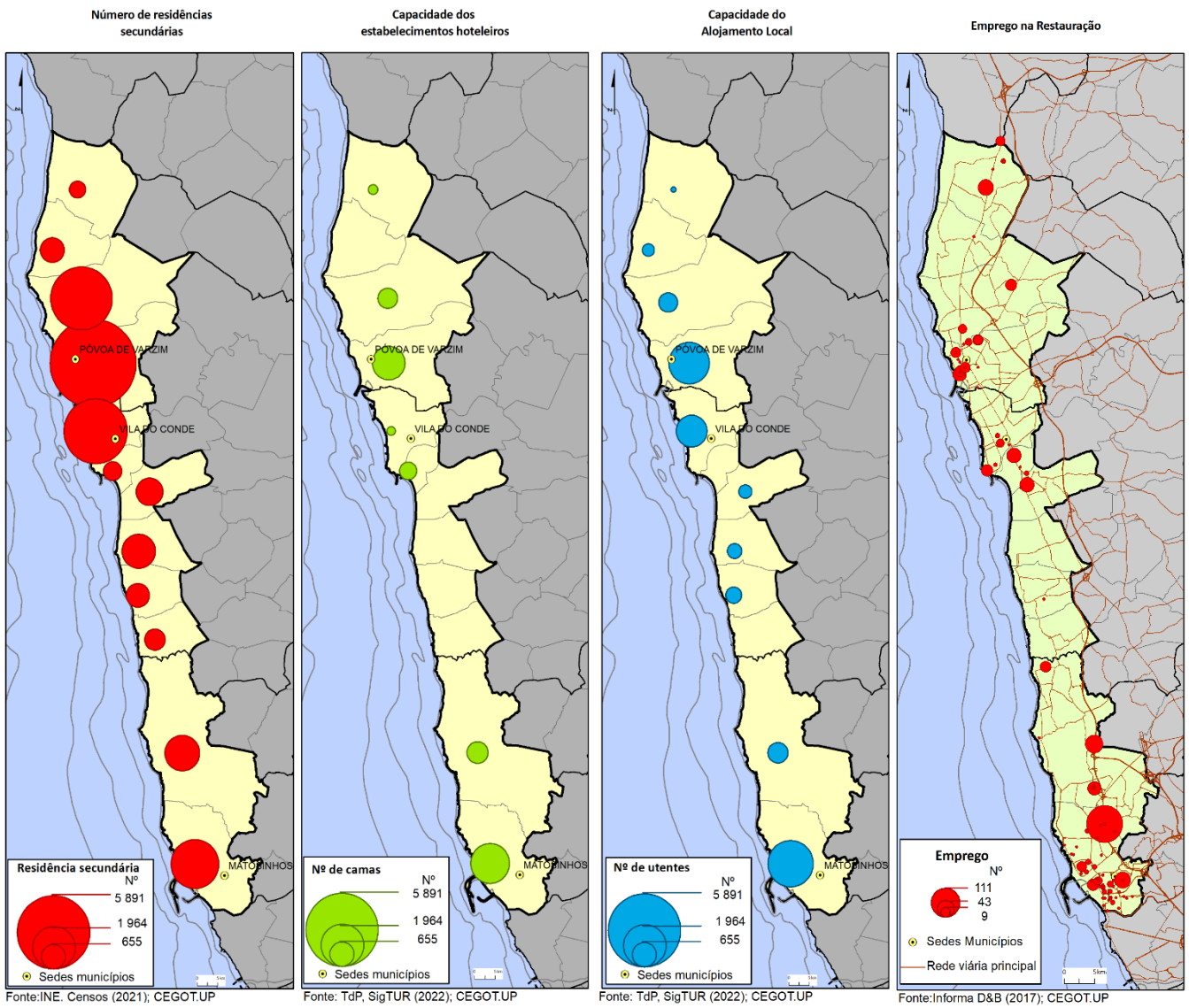
Localização das Praias



Fonte: DGT (2013); CEGOT.UP

A sazonalidade turística é também evidente na importância que as residências secundárias assumem neste território. Em 2021, as habitações de uso sazonal ou secundário representavam 19% do total de alojamentos clássicos da área de intervenção (25% do total da NUT III AMP), com destaque para as freguesias sede do concelho e para a U.F. de Aver-o-mar, Amorim, Terroso. No que toca ao alojamento local, as freguesias sede de concelho também assumem destaque, concentrando cerca de 75% da oferta e da capacidade desta tipologia no GAL Pesca Litoral Rural. Quanto à oferta de estabelecimentos hoteleiros, apenas metade das freguesias deste território possui esta tipologia de oferta, concentrando-se cerca de 40% dos estabelecimentos e da capacidade (número de camas) na U.F. de Matosinhos e Leça da Palmeira e 28% na U.F. de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai.

É ainda de referir que a restauração especializada no peixe tem um forte potencial de atração em termos metropolitanos, com maior importância nas freguesias do concelho de Matosinhos, com quase 60% do pessoal ao serviço de empresas ligadas à restauração.



Fonte:INE. Censos (2021); CEGOT.UP

Fonte: TdP, SigTUR (2022); CEGOT.UP

Fonte: TdP, SigTUR (2022); CEGOT.UP

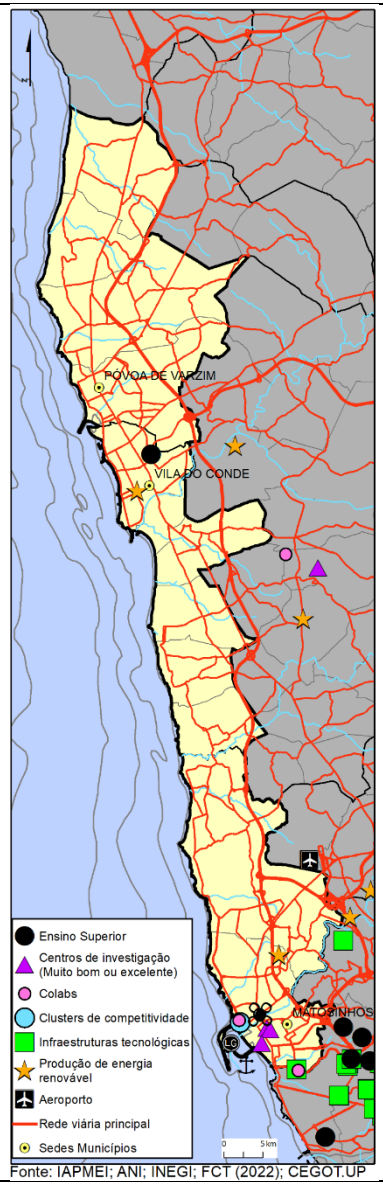
Fonte:Informa D&B (2017); CEGOT.UP

3.3.5-Outras Atividades

As atividades de serviços relacionados com o mar, como a educação, a investigação e desenvolvimento e os projetos empresariais de base científica e tecnológica, assumem um papel importante para o desenvolvimento económico destas comunidades costeiras.

No território de intervenção do GAL Pesca Litoral Rural, existem várias infraestruturas que favorecem e impulsionam as dinâmicas instaladas e emergentes, com particular impacto para a economia do mar, a saber:

- a Escola Superior de Hotelaria e Turismo, com 18 cursos ligados à atividade hoteleira e de restauração, divididos entre licenciaturas, mestrados, pós-graduações e cursos Técnicos Superiores Profissionais;
- 3 centros de investigação, classificados como muito bom ou excelentes, dos quais se destaca o CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, dedicado à investigação, divulgação e transferência de tecnologia na área das Ciências Marinhas e Ambientais;
- a UPTEC MAR - um dos três centros deste parque de ciência e tecnologia, localizada junto à Alfandega de Leixões em Matosinhos, e que conta com 22 instituições (empresas, institutos de investigação e associações);
- o Fórum Oceano - Associação da Economia do Mar, a entidade gestora do cluster competitividade – o Cluster do Mar Português, que tem como missão "*reforçar dinâmicas de cooperação estratégica entre atores – empresas, centros de IDT, instituições de ensino superior, organismos da Administração Pública – para promover a inovação, o emprego qualificado e a competitividade das empresas que utilizam o Mar e os recursos marinhos como elementos centrais da sua atividade*" (in http://forumoceano.pt).



Fonte: IAPMEI; ANI; INEGI; FCT (2022); CEGOT.UP

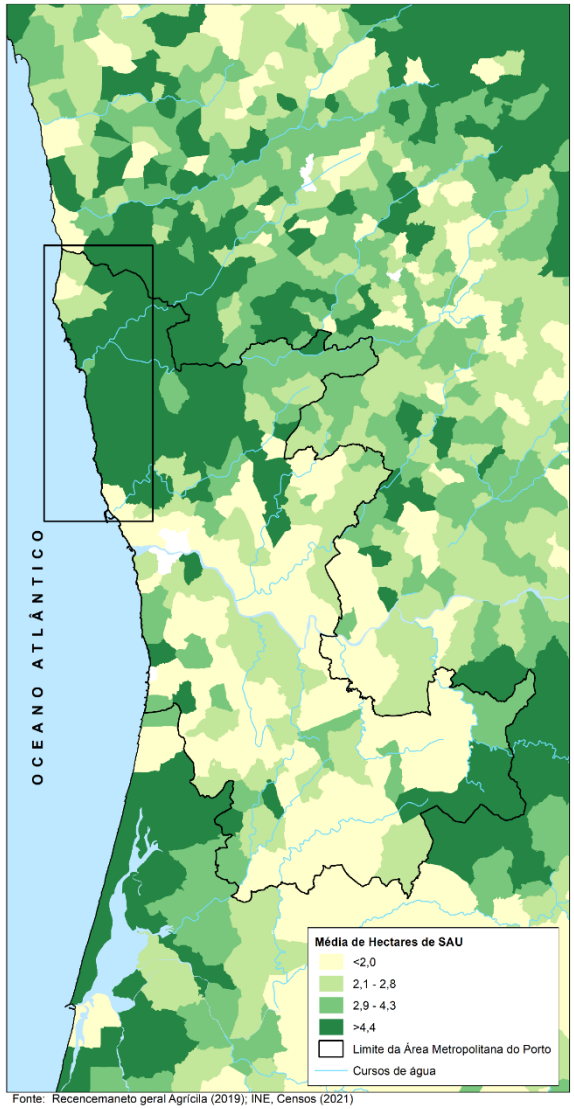
3.4-Sistemas agrícolas

Os sistemas agrícolas continuam a ter neste território uma dimensão espacial considerável, pese embora a sua progressiva redução. A diminuição do número total de explorações agrícolas e da população agrícola familiar evidencia o processo de desruralização ao longo do litoral, mas também alterações no perfil produtivo local. Nos últimos 20 anos, o processo de urbanização extensiva consubstanciou-se em morfologias predadoras/consumidoras de solo agrícola ou florestal. Com as novas regras de definição do solo urbano, esta tendência tenderá a diminuir no futuro.

A redução (RA, 2009/2019) do número total de explorações agrícolas e da superfície total de SAU (Superfície Agrícola Utilizada) acompanharam a tendência nacional. As áreas médias de SAU mais elevadas localizam-se nos territórios pertencentes à bacia leiteira primária (nomeadamente Póvoa de Varzim, Matosinhos e, particularmente, Vila do Conde que passou de 8,9 para 9,3 ha). Correlativamente o peso relativo da população agrícola familiar (RA, 2009/2019) na população total residente (Censos 2001/2011) reduziu-se. A população agrícola familiar diminuiu quase 40%, entre 2009 e 2019, sendo particularmente mais significativo nas freguesias de Estela e U.F. de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, Árvore e nas duas freguesias do concelho de Matosinhos (perderam mais de metade da população agrícola). Apenas duas freguesias, Vila do Conde e U.F. de Aguçadoura e Navais, conseguiram atrair população para estas atividades.

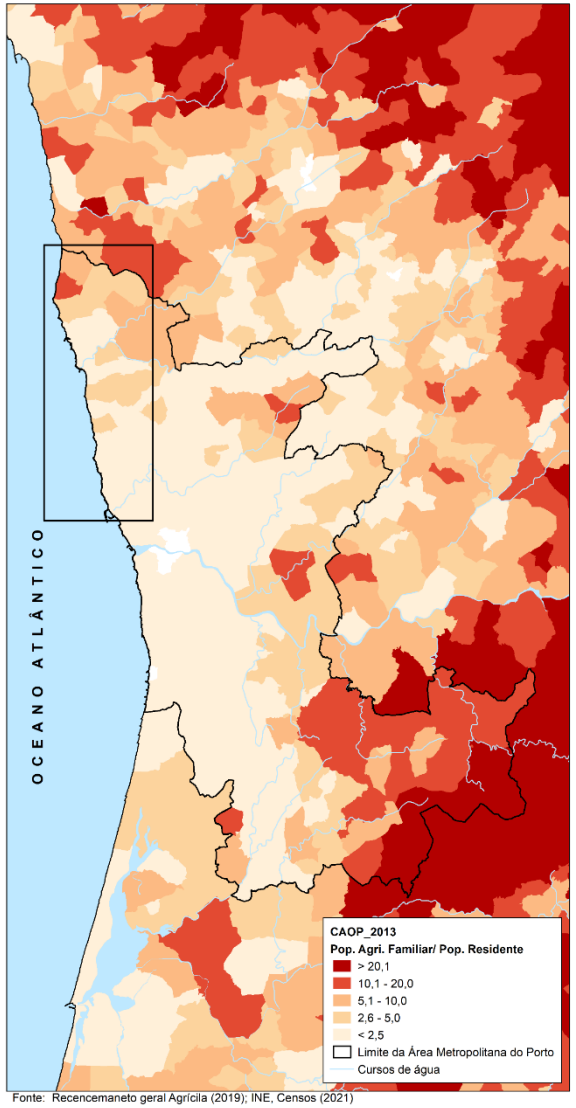
Os sistemas produtivos agroflorestais de raiz camponesa foram-se esbatendo, sendo agora tendencialmente menos importantes, enquanto as explorações agrícolas produtivistas se foram destacando, nomeadamente nas

Área média de SAU das explorações por freguesia na Área Metropolitana em 2019



Fonte: Recencemaneto geral Agrícila (2019); INE, Censos (2021)

Peso relativo da população agrícola familiar (2019) na população residente (2021), por freguesia na Área Metropolitana do Porto



Fonte: Recencemaneto geral Agrícila (2019); INE, Censos (2021)

fileiras do leite e da horticultura. A estrutura de pluriatividade e plurirrendimento tenderão a continuar a diminuir em termos de peso relativo.

Segundo o Recenseamento Agrícola, houve um aumento, em números absolutos, das "sociedades agrícolas" e uma diminuição dos produtores singulares. Territorialmente, a fonte de rendimento do agregado doméstico do produtor singular proveniente exclusivamente da exploração é mais significativa nas freguesias do concelho da Póvoa de Varzim e na U.F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo, em Matosinhos. No total do GAL Pesca Litoral Rural, esta fonte de rendimento é a que tem mais peso no orçamento do agregado familiar (45%).

Na fileira do leite, na bacia primária que abrange o Norte da NUT III AMP (municípios de Matosinhos, Póvoa de Varzim e Vila do Conde), os efetivos e a produtividade por animal são bastante elevados. Entre 2009 e 2019, o número médio de bovinos por exploração em Vila do Conde passou de 77,5 para 110,1 e na Póvoa de Varzim de 59,6 para 91,9. Existe, em simultâneo, dois interesses antagónicos: o interesse empresarial gostaria de aumentar a superfície forrageira; e o interesse público de a reduzir. Existem grandes impactos ambientais resultantes dos elevados encabeçamentos (CN/SAU) sobre a água e os solos devido à produção de chorume.

A fileira hortícola tem também uma forte expressão territorial na faixa arenosa litoral do município de Póvoa de Varzim, nas chamadas terras de areia, tendo-se expandido nos finais do século XIX, desenhando campos em forma de "masseira". Uma boa parte do processo produtivo é endógeno (viveiros, logística, etc.). Assente numa estrutura de trabalho familiar, esta prática hortícola intensiva recorre a sistemas de distribuição diversificados, nuns casos a exploração interioriza também a distribuição, noutros recorre a estruturas associativas que permitem ganhar escala. Fora deste território de produção hortofrutícola, existem hortas familiares, dispersas e pulverizadas, com múltiplos enlaces a jusante (dos mercados locais, ao regional), dependendo do respetivo volume da produção.

Em síntese, o essencial do VAB na agricultura, mas também do produto bruto agrícola, está a transferir-se para empresas a operar no sector. Apesar da redução total do número de explorações, aumentou em valores absolutos o número de empresas (sociedades agrícolas), o que indica a tendência para a mercantilização das explorações, agora com maiores enlaces financeiros a montante e a jusante. No entanto, tal não significa que não despontem claramente no sector, nomeadamente na horticultura intraurbana, sistemas produtivos mais brandos com algum significado e que devem ser também estrategicamente potenciados.

É premente apostar na transição alimentar como forma de promover cadeias de proximidade e de circularidade, assentes na produção local, nos produtos km0, assegurando a minimização dos desperdícios alimentares, dos consumos de energia, a promoção da alimentação saudável e segura e a mitigação às alterações climáticas.

4. Análise SWOT

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
OP2 Uma Europa mais verde, hipocarbónica e resiliente, promovendo a transição para uma energia limpa e justa, os investimentos verde e azul, a economia circular, a mitigação e adaptação às alterações climáticas, a prevenção e gestão dos riscos e a mobilidade urbana sustentável	P3 Permitir o desenvolvimento de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias e de aquicultura	**Forças** • Aumento da população residente no território de intervenção relativamente ao período anterior, o que se reflete na sua dimensão e massa crítica; • Capacidade de atração do território refletida na presença de população residente de nacionalidade estrangeira, onde a taxa de crescimento migratório entre 2011 e 2021 foi positiva; • Diminuição da taxa de desemprego em toda a área de intervenção relativamente a 2011; • Forte tradição da atividade pesqueira; • Existência de dois portos de pescas importantes com grande volume de comercialização de pescado; • Elevado número de pescadores matriculados nos dois principais portos de pescas existentes no território; • Forte atividade de pesca artesanal na zona piscatória em determinadas zonas (nomeadamente em Vila Chã e Angeiras); • Mercados municipais (lotas e postos de vendagem) localizados nos portos e núcleos de pesca, com grandes volumes de comercialização de peixe fresco; • Forte presença da indústria conserveira e de transformação/ conservação e comercialização de pescado; • Localizadas algumas das maiores indústrias conserveiras do país; • Construção de raiz de uma nova fábrica de conservas (Ramirez) com um aumento significativo da capacidade produtiva; • Reconhecida qualidade do peixe fresco comercializado; • Concentração muito relevante de estabelecimentos de restauração especializados na confeção de peixe fresco e marisco; • Existência de infraestruturas e de oferta de serviços de apoio à náutica de recreio;	**Forças** No território do GAL Pesca Litoral Rural concentram-se um conjunto de recursos, de infraestruturas, e instituições que favorecem e impulsionam as dinâmicas instaladas e emergentes da economia do mar. A importância do sistema portuário e da atividade piscatória deste território é comprovado pelos indicadores do INE relativamente a estas atividades, nomeadamente as Estatísticas Anuais da Pescas, a o Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e aos dados oficiais da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL), que demonstram o seu papel enquanto geradores de riqueza e catalisadores da economia local ligada às pescas. A identificação das instituições relacionadas com o mar nas áreas da educação, Investigação e desenvolvimento de projetos empresariais de base científica e tecnológica, como o CIIMAR e a UPTEC MAR, foi possível através de outras fontes de informação, nomeadamente a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a Agência Nacional de Inovação e o IAPMEI. Através da reunião da Parceria Grupo de Ação Local e dos workshops realizados em 2022 com os agentes locais foi possível aferir um conjunto de evidências que não estão plasmadas nas estatísticas oficiais. Desde logo a identificação das empresas do setor das conservas de peixe e do seu peso em termos de volume de negócios e emprego. Para além disso, foi possível obter informação sobre a pesca artesanal,

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
		• Extensas praias marítimas com vocação balnear, requalificadas ou em vias de requalificação onde se concentra um elevado número de praticantes de desportos náuticos (vela, mergulho, surf, pesca desportiva, etc.); • Existência de áreas protegidas de âmbito regional e local – a Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde e a Reserva Ornitológica de Mindelo que potenciam a atratividade do território e que cabe preservar e valorizar; • O território integra três Estações Náuticas de Portugal certificadas pela Fórum Oceano (Matosinhos, Vila do Conde e Povoa de Varzim); • Existência de uma rede de operadores marítimo-turísticos (empresas, clubes, associações) organizada e estruturada através das estações náuticas presentes no território, que promovem atividades em diversas modalidades; • Presença de importantes instituições de ensino superior, centros de formação profissional e centros de conhecimento e de apoio ao empreendedorismo ligados à economia do mar e ao seu desenvolvimento; • Relevantes infraestruturas e investimentos, sobretudo de iniciativa municipal, dirigidos à valorização da cultura e tradições das comunidades piscatórias e à animação turística e cultural; • Existência de condições naturais, infraestruturas e equipamentos de apoio para o desenvolvimento de atividades relacionadas com o mar e o sector da pesca; • Instalação do Polo do Mar da UPTEC – Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (estrutura de referência na transferência de conhecimento entre a Universidade e o tecido empresarial) com empresas ligadas à ciência e tecnologias do mar e o CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha da Universidade do Porto (uma das mais relevantes unidades de investigação nacionais na área das Ciências Marinhas) no Porto de Leixões; • Presença do terminal de cruzeiros e da estação de passageiros do Porto de Leixões; • Presença do maior porto do noroeste peninsular, o Porto de Leixões; • Transformação da antiga refinaria de Matosinhos em Centro de Inovação e Polo Universitário mediante protocolo de cooperação da GALP com a Câmara Matosinhos e CCDR-N; • Investimento dos municípios na requalificação da Orla Costeira através da implementação de medidas de proteção/defesa da orla costeira, requalificação de espaços balneares e instalação de equipamentos de apoio às atividades turísticas.	sobre as iniciativas direcionadas para a animação turística e cultural e sobre os estabelecimentos de restauração especializados em peixe fresco e marisco, nomeadamente nas proximidades das lotas (ex: Matosinhos e Angeiras) e que têm capacidade de atratividade turística. A informação relativa a localização das estruturas e oferta de serviços vocacionados para a atividade turística foi obtida através do Turismo de Portugal (RNT-Registo Nacional de Turismo e o SIGTUR-Sistema de Informação Geográfica do Turismo) e complementada com os contributos das reuniões e workshops realizados.

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
		Fraquezas • Défice nas condições de segurança nas infraestruturas portuárias de pesca; • Locais de recolha dos aprestos de pesca degradados nas zonas piscatórias e a necessitarem de intervenção; • Estruturação débil da oferta turística em torno dos recursos do mar, designadamente do turismo náutico, resultante de carências organizativas e de promoção integrada; • Défice de inovação na transformação e comercialização dos produtos da pesca e do mar; • Desvalorização social das atividades profissionais relacionadas com a pesca; • Oferta de qualificação profissional e formativa, inicial e contínua, incipiente e algo desajustada; • Grande fragmentação do sector da pesca e incapacidade para a criação de redes e para a adoção de modelos de trabalho assentes na cooperação, colaboração e cooperação institucional e empresarial; • Persistência de fenómenos de marginalidade e exclusão social nas comunidades piscatórias; • Risco de pobreza e exclusão social de parte da população, designadamente imigrante; • Envelhecimento e vulnerabilidades habitacionais; • Desaparecimento de atividades ancestrais relevantes e de forte identidade nestes territórios (ex.: apanha do sargaço); • Faltam lugares, espaços, aldeias ..., para valorizar experiências conjuntas mais atrativas e identitárias; • Escassez de recursos humanos (e particularmente dos qualificados), agravada pelo envelhecimento populacional e pelas baixas remunerações. Isto é particularmente sentido no setor da restauração e turismo. Mas também se verifica este problema para atividades emergentes e de futuro, sendo fundamental gerar maior atratividade das atividades ligadas ao Mar; • Faltam estudos para conhecer a realidade da cultura marítima; • Fragilidade do trabalho em rede entre os centros interpretativos e de divulgação da cultura ligada ao mar no território (em termos de espaços e de programação conjunta), assim como escassos recursos para registo das memórias e das histórias de vida destas comunidades; • Falta uma estratégia de valorização do pescado (1ª venda) e também não existe uma aposta clara e assumida na diferenciação entre o pescado proveniente da aquicultura e o pescado selvagem;	**Fraquezas** A partir das estatísticas e das outras fontes de informação anteriormente referidas, foi possível aferir as principais debilidades e problemas desta comunidade costeira/ piscatória. O Recenseamentos da População e da Habitação de 2021 e a sua comparação com o de 2011 permitiu perceber as principais dinâmicas deste território, em termos de evolução da demográfica, das estruturas familiares e das condições de habitação. O envelhecimento populacional, os níveis baixos de escolaridade, a elevada taxa de desemprego, a habitação, o peso dos alojamentos sobrelotados, o emprego, a educação e a proteção social. As reuniões e workshops realizados permitiram perceber quais as principais dificuldades sentidas pelos parceiros e agentes locais e os problemas que consideram existir nesta comunidade costeira/ piscatória, dos quais são exemplo a falta de condições de algumas estruturas de apoio à atividade piscatória, a desvalorização social do setor e, consequentemente, a fraca capacidade de atrair recursos humanos e a falta de organização do setor para cooperar e trabalhar em rede. Adicionalmente, através da recolha de informação junto dos parceiros do GAL, foi possível detetar outras fragilidades, nomeadamente, a inexistência de iniciativas conjuntas para dinamizar determinadas áreas importantes para o desenvolvimento turístico e para a preservação das memórias e tradições destas comunidades. O levantamento da informação sobre estas comunidades e sobre a atividade económica ligada ao mar permitiu verificar que existe uma lacuna no

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
		• Falta de oferta em rede de infraestruturas associadas à atividade (ex.: "mercado de peixe").	conhecimento desta realidade, em termos quantitativos – quanto representa a comunidade piscatória, e qualitativos – quem são; o que fazem; como se comportam; o que os carateriza, etc.
		Oportunidade • Existência de um forte potencial de progressão na cadeia de valor do pescado que cumpre aproveitar na transformação e valorização dos produtos da pesca e do mar; • Reforço dos apoios financeiros à iniciativa privada no âmbito do Portugal 2030; • Existência de resíduos/coprodutos da indústria pesqueira que poderão ser aproveitados/ reaproveitados numa lógica de economia circular; • Forte investimento público na remodelação da orla costeira (turismo/ restauração); • Um dos percursos mais utilizados nos últimos tempos para a realização dos Caminhos de Santiago (caminho do litoral – turismo/ restauração); • Condições naturais ótimas para a prática de desportos náuticos; • Aumento da importância do turismo na zona costeira enquanto motor económico; • Localização privilegiada do território de intervenção que beneficia da integração na Área Metropolitana do Porto e da proximidade a um mercado de 1,7 milhões de habitantes e a fortes fluxos turísticos.	**Oportunidade e ameaças** A análise dos fatores externos foi sintetizada nas oportunidades e ameaças que se perspetivam para o desenvolvimento deste território, com base não só nas reuniões da parceria do GAL e dos workshops com os agentes locais, mas também na leitura de documentos estratégicos de âmbito nacional, designadamente a Estratégica Nacional para o Mar 2021-2030, o Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha – Espinho, a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território, o Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência. As **oportunidades**, entendidas como influências externas positivas, embora não sejam muitas, são fundamentais para o desenvolvimento deste território e prendem-se, essencialmente, com o seu enquadramento territorial, com os fluxos turísticos da região, particularmente nas zonas costeiras, com a capacidade de criar produtos de valor acrescentado e de reaproveitar subprodutos e com os investimentos públicos direcionados para estas áreas e atividades. A conjugação e o aproveitamento destas externalidades são potenciadoras de um desenvolvimento económico sustentável deste território. As **ameaças** identificadas, que poderão ter efeitos negativos, prendem-se, por um lado, com as questões dos riscos naturais (erosão, inundações) e antrópicos (degradação da biodiversidade, poluição) e, por outro
		Ameaças • Riscos de erosão costeira devido a fatores naturais, mas sobretudo a fatores exógenos, nomeadamente usos e atividades inadequadas; • Riscos de inundações devido a causas naturais, mas também à ocupação indevida dos leitos de cheia; • Riscos de degradação dos sistemas dunares e de impermeabilização dos solos devido à pressão urbanística sobre as zonas costeiras; • Compatibilização da atividade turística e de pesca com a proteção ambiental; • Existência de uma forte sazonalidade, decorrente da especialização turística; • Contaminação dos recursos e poluição no mar constitui uma forte ameaça à pesca e ao pescado;	

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
		• Declínio da atividade da pesca, à semelhança da tendência a nível nacional, gerador de desemprego e de problemas sociais; • Condicionalismos de carácter legal que poderão afetar a atividade piscatória artesanal; • Constrangimentos decorrentes da Política Comum das Pescas, no contexto da União Europeia, da diminuição dos recursos pesqueiros e das dificuldades acrescidas de acesso a recursos em águas internacionais; • Crise energética, consequência da crise pandémica e do conflito na Ucrânia, com repercussão nos custos da atividade pesqueira e da indústria de transformação; • Falta atratividade para a atividade e para as profissões da pesca, com repercussões, por exemplo, na grande dificuldade de acesso e fixação de mão de obra no setor ("ninguém quer ir para a pesca"); • Forte dependência do setor da pesca da mão de obra imigrante. **Identificação das necessidades com base na análise SWOT** • Criação de redes de colaboração e cooperação institucional e empresarial no setor das pescas e nas restantes áreas ligadas à economia azul; • Promoção da inovação, incentivando o surgimento de novos produtos e marcas com base em espécies pouco utilizadas e valorizadas; • Aposta em atividades ancestrais, como a panha do sargaço, com capacidade de gerar mais valias e de criar produtos de valor acrescentado; • Redirecionar e ajustar a oferta formativa profissional para o setor das pescas; • Elaboração de estudos para conhecer a realidade da cultura marítima (quantitativos – quanto representa a comunidade piscatória; e qualitativos – quem são; o que fazem; como se comportam; o que os carateriza, etc.); • Criação de uma rede de centros interpretativos e de divulgação da cultura ligada ao mar no território, que trabalhem de forma articulada na valorização da cultura e identidade marítima; • Desenvolvimento de uma estratégia de valorização do pescado (1ª e 2.ª venda), com a criação de uma oferta em rede, de forma a ganhar escala e visibilidade; • O esforço de investigação e inovação levada a cabo pelas instituições relevantes presentes no território de intervenção deve incidir na pesca, mas também noutros domínios ligados à economia azul;	lado, com a conjuntura económica (políticas europeias, crise energética) e sociais (relacionadas com o desemprego, em consequência do declínio da atividade pesqueira, e falta de atratividade do setor para captar recursos humanos).

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
		• Promoção do empreendedorismo e investimento noutras áreas da economia azul, por forma a aproveitar o potencial de todos os recursos associados ao mar, inclusive no que respeita à produção de energia através de fontes renováveis; • Promoção da coesão e inclusão social e multicultural das comunidades piscatórias através da promoção do emprego qualificado e da melhoria das condições socio-laborais.	

5. Estratégia de desenvolvimento local

De acordo com a abordagem adotada, a Estratégia de Desenvolvimento Local do GAL-Pesca Litoral Rural para as comunidades piscatórias e de aquicultura que integram este território de intervenção, assenta no diagnóstico e na análise SWOT levada a cabo e apresenta três níveis de definição estratégica que se consubstanciam nas seguintes componentes principais:

- no estabelecimento da **Visão** que expressa as aspirações das comunidades piscatórias e de aquicultura no horizonte temporal de 2030, a qual expressa as ambições e as alavancas a serem assumidas e mobilizadas na construção do futuro deste território;
- nos novos **Desafios que se colocam no território de intervenção do GAL-Pesca Litoral Rural** e como este se propõe enfrentá-los;
- na adoção de **Objetivos Estratégicos** que corporizam a proposta de atuação, e que depois se desdobram em **Objetivos Específicos** que permitem concretizar a estratégia, garantindo o alinhamento e a coerência com as estratégias nacionais.

Estruturaram-se, desta forma, os elementos que sustentam o modelo de desenvolvimento que o GAL-Pesca Litoral Rural pretende pôr em prática, tendo-se procurado garantir a coerência e consistência do quadro estratégico proposto, adequando as respetivas opções ao diagnóstico realizado e ao quadro estratégico de referência que integra, designadamente: Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030; Estratégia Norte 2030; e Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

Houve, igualmente, uma preocupação ao nível do desenho da estratégia de intervenção, de privilegiar propostas abrangentes e sustentáveis, que articulem os recursos e competências do território, e que promovam complementaridades de intervenção, contribuindo assim para garantir maiores níveis de viabilidade e de eficácia na ação.

Tudo isto procurando incorporar as principais aspirações dos agentes locais e regionais, no sentido de incentivar e alavancar uma ação conjunta que se revela vital na concretização e legitimação da estratégia a implementar.

Detalham-se de seguida todas as componentes da Estratégia de Desenvolvimento Local para o GAL-Pesca Litoral Rural.

5.1 Visão

A Visão enquanto futuro coletivo desejado pelo GAL-Pesca Litoral Rural no horizonte temporal de 2030 é a seguinte:

> Em 2030, as comunidades piscatórias e de aquicultura do GAL-Pesca Litoral Rural terão um padrão de qualidade de vida marcado por níveis acrescidos de coesão social multicultural, de sustentabilidade ambiental, de atratividade territorial, apoiados na revalorização identitária e na capacidade de regenerar valor, de forma inovadora e sustentável, a partir dos recursos do mar.

Subjacente a este desígnio coletivo estão, entre outras, as preocupações fundamentais relativas à **Regeneração** (promoção da sustentabilidade, da resiliência e do aumento de capacidade de ação das comunidades) e às **Redes** (articulação, em rede e a diferentes escalas, de estratégias, projetos e ofertas) dos recursos e ativos que caraterizam e diferenciam estes territórios, reativando-os e gerando combinações únicas e restauradoras a partir dos mesmos.

Esta visão para o território do GAL-Pesca Litoral Rural expressa os principais desafios identificados no contexto do processo de auscultação levado a efeito pela AMP, enquanto entidade gestora do GAL Costeiro Litoral Norte da AMP, e que se consubstanciou na realização e animação de vários workshops tendo em vista estruturar um conjunto de aspirações para o desenvolvimento do território costeiro, no horizonte 2030. Os resultados deste exercício de reflexão sobre a nova geração de EDL levado a efeito recentemente foram cedidos pela AMP ao GAL Pescas Litoral Rural e à sua entidade gestora e utilizados na sustentação da presente estratégia.

A visão posiciona no centro da estratégia as comunidades piscatórias e de aquicultura e a sua qualidade de vida nos aspetos económicos, sociais, culturais e identitários. Por outro lado, reflete uma preocupação evidente com a criação e a regeneração de valor a partir dos recursos marinhos, mas de forma sustentável e inovadora. A capacitação e a qualificação da ação coletiva, dinamizada através do GAL-Pesca Litoral Rural, constitui uma pedra de toque e fator fundamental do sucesso da estratégia.

5.2 Desafios

A realização da estratégia de desenvolvimento para o GAL-Pesca Litoral Rural encontra-se condicionada por um conjunto de desafios e de fatores críticos com que o território de incidência está confrontado e que cumpre superar. O trabalho de auscultação das comunidades piscatórias e de aquicultura levado a efeito pela AMP enquanto entidade gestora do GAL Pesca 2015/2020, que se traduziu na realização de vários workshops nos três concelhos que integram o território de intervenção, conjuntamente com o exercício de diagnóstico e de construção da análise SWOT e as sessões de trabalho com os principais parceiros realizadas no âmbito da preparação desta candidatura, permitiram identificar um conjunto de desafios relevantes, aos quais se pretende dar resposta com a implementação da estratégia de desenvolvimento Local, a saber:

- **Estruturar o território em rede, interna e externamente**

O reforço da estruturação do território em rede, com base em níveis acrescidos de articulação institucional e temática, que integrem e acrescentem valor ao nível das diferentes ofertas e experiências existentes e/ou a criar no espaço territorial do Litoral Rural (em termos de equipamentos/infraestruturas, eventos, programações e produtos). Para além desta estruturação interna, será também relevante uma maior integração em redes externas (nacionais e europeias), quer do ponto de vista da aprendizagem e benchmarking, quer igualmente no que respeita à projeção externa deste território e das suas ofertas.

- **Expandir e diversificar em "terra" a economia azul assente nos recursos do mar e das áreas costeiras**

Promovendo novas formas de geração de valor, quer a partir das ofertas económicas "tradicionais" (gastronomia, cadeias curtas, turismo & lazer, artesanato, indústria conserveira, etc.), quer igualmente com base no desenvolvimento de novas atividades económicas ligadas a ofertas transformadoras e de futuro, como sejam as relativas à economia azul, à bioeconomia e à economia circular (ex. produção de energia, cosmética, saúde, etc.).

- **Mobilizar a capacidade, o conhecimento e a inovação em prol das comunidades piscatórias e de aquicultura**

A afirmação enquanto território de inovação e de experimentação, potenciando e alavancando os relevantes e diversificados ativos de I&D&I (institucionais e humanos) localizados no território do GAL-Pesca Litoral Rural, incrementando o esforço de inovação aplicada (desenvolvendo soluções concretas para os desafios das instituições e empresas locais, como por exemplo a produção de macroalgas e o aproveitamento das algas para múltiplas aplicações na agricultura e na indústria), promovendo iniciativas de ciência cidadã (através da promoção de uma cidadania mais ativa e envolvida na ciência), e criando oportunidades de experimentação em contexto real (através, por exemplo, da criação de zonas livres de testes, em domínios relevantes para as comunidades marítimas).

- **Afirmar a Cultura e a Identidade Marítima**

A aposta na valorização e reforço da notoriedade da Cultura e Identidade Marítima, tornando-as mais presentes, apropriadas a nível intergeracional, e vividas no dia a dia, com particular relevância através das escolas e de programas educativos, mas também da promoção do usufruto dos recursos patrimoniais e arquitetónicos pelas pessoas, reforçando a sua articulação e integração com outras dimensões locais, e conferindo uma maior expressão e visibilidade à memória e identidade destas comunidades, não apenas enquanto património histórico, mas também enquanto ativos decisivos para o seu futuro.

- **Promover a inclusão social e a integração multicultural**

A promoção de níveis acrescidos de inclusão social e multicultural nas Comunidades Piscatórias e de Aquicultura, com base na inserção via qualificação e emprego (não só focados nas "artes do mar", mas também nos domínios emergentes da economia azul e circular), na integração dos imigrantes e suas famílias (através da disponibilização de condições de alojamento e de vida adequadas, bem como de processos de inovação social), e na dinamização de ofertas para a promoção do envelhecimento ativo.

- **Capacitar as instituições e os cidadãos para a participação ativa**

A aposta na capacitação institucional e cidadã enquanto alavanca para gerar níveis acrescidos de capacidade de agência, de inovação e de integração, dimensões estruturantes e essenciais para a concretização da visão proposta, e para a realização dos objetivos estratégicos que a concretizam, através da promoção de contextos de aprendizagem-ação, de cocriação e de participação, que permitam maiores níveis de proposição, envolvimento e colaboração no plano comunitário.

5.3 Objetivos Estratégicos

Estabelecida a Visão 2030 para o território do GAL Pesca Litoral Rural e identificados os desafios com que estas comunidades piscatórias e de aquicultura estão confrontadas, cumpre definir os objetivos estratégicos e específicos que deverão orientar a ação a desenvolver durante todo o período da sua execução.

Visão 2030 GAL-Pesca Litoral Rural	Objetivos Estratégicos
Em 2030, as comunidades piscatórias e de aquicultura do GAL-Pesca Litoral Rural terão um padrão de qualidade de vida marcado por níveis acrescidos de coesão social multicultural, de sustentabilidade ambiental, de atratividade territorial, apoiados na revalorização identitária e na capacidade de regenerar valor, de forma inovadora e sustentável, a partir dos recursos do mar.	OE.1-Afirmar e valorizar a Cultura e a Identidade Marítimas;
	OE.2-Desenvolver as cadeias de valor dos diversos setores da Economia Azul e promover as qualificações e competências profissionais que respondam às necessidades;
	OE.3-Promover a sustentabilidade, a biodiversidade e a regeneração dos habitats marinhos e costeiros;
	OE.4-Reforçar a qualidade de vida e a inclusão social, intergeracional e multicultural;
	OE.5-Consolidar a participação ativa e capacitar as instituições para o trabalho em rede de proximidade.

OE.1-Afirmar e valorizar a Cultura e a Identidade Marítimas

A cultura e a identidade marítima definem e diferenciam as comunidades piscatórias e de aquicultura. Preservar, afirmar e valorizar a cultura e a identidade marítima implica conjugar várias tipologias de ações de acordo com os seguintes objetivos específicos:

OE1.1-Valorizar, promover e divulgar o capital simbólico e identitário das comunidades piscatórias e de aquicultura. e a excelência do património cultural;

OE1.2-Requalificar espaços e equipamentos coletivos emblemáticos e identitários das comunidades piscatórias e de aquicultura., através da ativação do conceito "Aldeias de Mar";

OE1.3-Aprofundar e disseminar o conhecimento e aproximar a ciência no que se refere a temáticas e experiências relacionadas com o mar, os recursos e habitats marinhos, as comunidades piscatórias e de aquicultura. e a sua cultura;

OE1.4-Apostar na educação das crianças e jovens, através da criação e disponibilização de conteúdos programáticos às escolas e da melhoria do acesso a experiências relacionadas com o mar, designadamente a integração das atividades náuticas no desporto escolar.

OE.2-Desenvolver as cadeias de valor dos diversos setores da Economia Azul e promover as qualificações e competências profissionais que respondam às necessidades

A expansão e a diversificação em "terra" da economia azul ou do mar visa estimular novas formas de geração de valor, quer a partir das ofertas económicas "tradicionais" das comunidades costeiras (e.g. pesca, conservas, gastronomia, turismo & lazer, artesanato, etc.), quer igualmente com base no desenvolvimento de novas atividades económicas ligadas a ofertas transformadoras e de futuro como sejam as relativas à bioeconomia, à economia circular (ex. produção de energia, aquacultura de alto mar,

cosmética, saúde, etc.). É condição de realização deste desiderato a aposta na qualificação e requalificação profissional que responda aos desafios das profissões e do trabalho futuro. Este objetivo estratégico concretiza-se através da operacionalização dos seguintes objetivos específicos:

OE2.1-Apoiar o investimento, a incubação, o empreendedorismo e a criação e desenvolvimento de empresas e microempresas relacionadas com as várias vertentes da Economia Azul, priorizando as iniciativas que contribuam para o reforço da circularidade e da regeneração dos recursos do mar e dos ecossistemas costeiros;

OE2.2-Promover e reforçar a inovação e o desenvolvimento de novos produtos e serviços, nomeadamente através do fomento dos relacionamentos em rede e do aprofundamento da cooperação entre centros de conhecimento e de I&D, empresas, investidores, escolas, associações de profissionais, etc.;

OE2.3-Valorizar os produtos da pesca e da aquicultura através de estratégias de marketing adequadas, da adoção de certificações de qualidade e de origem, da promoção da alteração dos hábitos de consumo de peixe e da valorização de espécies economicamente menos conhecidas dos consumidores;

OE2.4-Melhorar as condições de comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura, através do encurtamento dos circuitos de distribuição, atuando ao longo de toda a cadeia e explorando novos modelos que potenciem os mercados locais de proximidade;

OE2.5-Apostar na estruturação, qualificação e inovação da oferta turística como forma de diversificação da base económica (e.g. turismo náutico, turismo cultural, turismo científico), designadamente através da promoção de uma rede de infraestruturas de apoio à náutica;

OE2.6-Adequar as ofertas de educação-formação profissional, inicial e contínua, às necessidades e novas competências relacionadas com a Economia Azul, designadamente no domínio das "artes do mar" e a capacitação em gestão empresarial, por forma a responder aos desafios da competitividade;

OE2.7-Projetar uma nova imagem do GAL-Pesca Litoral Rural, dos seus recursos, atividades e produtos como forma de reforçar a atratividade do território.

OE.3-Promover a sustentabilidade, a biodiversidade e a regeneração dos habitats marinhos e costeiros

O presente objetivo estratégico visa melhorar a visibilidade, valorizar e preservar o património natural, os recursos e os habitats marinhos e costeiros existentes no território de intervenção, bem como a qualidade cénica e paisagística, criando valor e contribuindo, paralelamente, para a sua regeneração.

A qualidade ambiental, como variável essencial para o desenvolvimento das comunidades piscatórias e de aquicultura., implica que sejam colmatadas diversas carências e aproveitadas oportunidades nesta matéria. Contribuem para a realização deste objetivo estratégico os seguintes objetivos específicos:

OE3.1-Preservar e regenerar o património, numa lógica de valorização e promoção dos recursos marítimos, da biodiversidade, dos habitats marinhos e costeiros e da paisagem;

OE3.2-Envolver, apoiar e recompensar os profissionais da pesca no esforço de preservação e restauro da biodiversidade e dos habitats marinhos e costeiros e combate à poluição;

OE3.3-Sensibilizar e educar as comunidades piscatórias e de aquicultura. para a importância da preservação e restauro dos ecossistemas marinhos e costeiros e para a redução da pegada ambiental, estimulando a adoção de práticas ambientalmente mais sustentáveis.

OE.4-Reforçar a qualidade de vida e a inclusão social, intergeracional e multicultural

A obtenção de níveis de qualidade de vida crescentes depende, fundamentalmente, da capacidade para promover a coesão social, geracional e multicultural no contexto das comunidades piscatórias e de aquicultura. Nesta perspetiva, reforçar a qualidade de vida destas comunidades passa por alavancar os seguintes objetivos específicos:

OE4.1-Intervir na requalificação social e cultural, promovendo intervenções orientadas para o envelhecimento desprotegido, o abandono e o isolamento de franjas da população;

OE4.2-Planear e reconfigurar os espaços de exclusão, através da valorização comunitária e dos recursos específicos, numa lógica de promoção da qualidade de vida;

OE4.3-Estimular a autoestima das comunidades piscatórias e de aquicultura. e valorizar as atividades e profissões relacionadas com o mar e a pesca;

OE4.4-Dinamizar a inovação social, promovendo soluções e respostas inovadoras de integração e inclusão, designadamente da população imigrante.

OE.5-Consolidar a participação cidadã ativa e capacitar as instituições para o trabalho em rede de proximidade

A qualidade do modelo de governança adotado para a construção e execução da Estratégia de Desenvolvimento Local condiciona de forma indelével a capacidade para atingir os resultados e as metas propostas. Assim, este objetivo estratégico transversal, deverá ser prosseguido através da materialização dos seguintes objetivos específicos:

OE5.1-Capacitar o tecido institucional e promover, no contexto do GAL-Pesca Litoral Rural, o surgimento de plataformas/redes e parcerias institucionais e empresariais que facilitem o desenvolvimento de dinâmicas de cooperação e de projetos coletivos;

OE5.2-Estimular e consolidar o exercício da cidadania ativa, a participação e o envolvimento de todos no processo de montagem e execução da Estratégia de Desenvolvimento Local;

OE5.3-Cooperar com outros territórios no plano regional, nacional, transfronteiriço e europeu, e desenvolvimento de iniciativas de benchmarking a boas práticas nacionais e internacionais capazes de inspirar a adaptação de soluções adequadas ao território de intervenção.

5.4 Contributos da EDL GAL-Pesca Litoral Rural para outras Estratégias

Perspetivar o desenvolvimento das comunidades piscatórias no horizonte temporal de 2030 implica, ainda que de forma sucinta e breve, debruçar-nos sobre os documentos estratégicos que irão influenciar a política nacional e comunitária neste domínio, bem como a afetação de recursos disponíveis, nomeadamente de instrumentos de ordem financeira destinados a apoiar investimentos de natureza pública e privada, assegurando o contributo e a articulação indispensável. Referimo-nos, concretamente à:

- Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, aprovada pela RCM n.º 68/2021, de 4 de junho;
- Estratégia Regional Norte 2030;
- Estratégia de especialização Inteligente RIS3.

Contributo da EDL para os Objetivos Estratégicos definidos na Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030

Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030	Estratégia de Desenvolvimento Local GAL-Pesca Litoral Rural				
	OE.1-Afirmar e valorizar a Cultura e a Identidade Marítima	OE.2-Desenvolver as cadeias de valor dos diversos setores da Economia Azul e promover as qualificações e competências profissionais que responda às necessidades	OE.3-Promover a sustentabilidade, a biodiversidade e a regeneração dos habitats marinhos e costeiros	OE.4-Reforçar a qualidade de vida e a inclusão social, intergeracional e multicultural	OE.5-Consolidar a participação ativa e capacitar as instituições para o trabalho em rede de proximidade
OE1-Combater as alterações climáticas e a poluição e proteger e restaurar os ecossistemas		*	***	**	
OE2-Fomentar o emprego e a economia azul circular e sustentável		***	**		
OE3-Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis e autonomia energética		***	***	**	
OE4-Apostar na garantia da sustentabilidade e na segurança alimentar		***	**		
OE5-Facilitar o acesso a água potável			-	-	
OE6-Promover a saúde e o bem-estar	**	*	**	***	*
OE7-Estimular o conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e inovação azul	**	***	**	*	*
OE8-Incrementar a educação, a formação, a cultura e a literacia do oceano	***	*	***	**	
OE9-Incentivar a reindustrialização e a capacidade produtiva e digitalizar o oceano		***			
OE10-Garantir a segurança, soberania, cooperação e governação	*	*	*	**	***

Legenda: ***Contributo forte ** Contributo relevante * Contributo moderado ou indireto

Contributo da EDL para os Objetivos Estratégicos definidos na Estratégia Regional (NUT II)

Estratégia Regional Norte 2030		Estratégia de Desenvolvimento Local GAL Pesca Litoral Rural				
		OE.1-Afirmar e valorizar a Cultura e a Identidade Marítima	OE.2-Desenvolver as cadeias de valor dos diversos setores da Economia Azul e promover as qualificações e competências profissionais que responda às necessidades	OE.3-Promover a sustentabilidade, a biodiversidade e a regeneração dos habitats marinhos e costeiros	OE.4-Reforçar a qualidade de vida e a inclusão social, intergeracional e multicultural	OE.5-Consolidar a participação ativa e capacitar as instituições para o trabalho em rede de proximidade
Objetivos Estratégicos Norte 2030	OE1-Intensificação tecnológica da base produtiva regional		***			
	OE2-Valorização de ativos e recursos intensivos em território	***	***	***		
	OE3-Melhoria do posicionamento competitivo à escala global		***			
	OE4-Consolidação sustentável do sistema urbano policêntrico	**			***	
	OE5-Promoção da empregabilidade de públicos e territórios-alvo		***			
Objetivos Gerais Norte 2030	OT1-Acréscimo de qualificações em todos os segmentos e grupos-alvo da população		***		**	*
	OT2-Equidade vertical e horizontal no acesso a bens e serviços públicos de qualidade	**		**	**	**
	OT3-Eficácia e eficiência do modelo de governação regional					***

Legenda: ***Contributo forte ** Contributo relevante * Contributo moderado ou indireto

Contributo da EDL para os Objetivos Estratégicos definidos Estratégia de Especialização Inteligente (RIS 3) aplicável ao território

Estratégia de Especialização Inteligente (RIS 3)		Estratégia de Desenvolvimento Local GAL Pesca Litoral Rural				
		OE.1-Afirmar e valorizar a Cultura e a Identidade Marítima	OE.2-Desenvolver as cadeias de valor dos diversos setores da Economia Azul e promover as qualificações e competências profissionais que responda às necessidades	OE.3-Promover a sustentabilidade, a biodiversidade e a regeneração dos habitats marinhos e costeiros	OE.4-Reforçar a qualidade de vida e a inclusão social, intergeracional e multicultural	OE.5-Consolidar a participação ativa e capacitar as instituições para o trabalho em rede de proximidade
Domínios Prioritários RIS 3 Estratégia de especialização Inteligente	Criatividade, Moda e Habitats	**	**		*	
	Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico		*			
	Sistemas Agroambientais e Alimentação		***	***		
	Mobilidade Sustentável e Transição Energética		**	**		
	Ciências da Vida e Saúde		**	**	*	
	Ativos Territoriais e Serviços do Turismo	***	***	***	**	
	Recursos e Economia do Mar	***	***	***	***	***
	Tecnologias, Estado, Economia e Sociedade		*	*		

Legenda: ***Contributo forte ** Contributo relevante * Contributo moderado ou indireto

6. Principais Intervenções do FEAMPA

Identificar as principais intervenções a financiar através do FEAMPA, no contexto da execução da Estratégia de Desenvolvimento Local, implica, desde logo, e realizar uma estimativa da dotação FEAMPA que caberá ao GAL Litoral Rural.

Para o cálculo desta estimativa e da despesa pública da Estratégia de Desenvolvimento Local do Litoral Rural, foram tidos em consideração os seguintes pressupostos:

a) Uma dotação FEAMP no MAR 2020 de 3.142.567 € para o GAL Costeiro Litoral Norte da AMP (cuja área de intervenção corresponde integralmente à área do GAL-Pesca Litoral Rural) no contexto global de 25.000.000 €, ou seja 12,57% da dotação global para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) no Mar 2020, que constitui agora o ponto de partida para a proposta de dotação FEAMPA do GAL-Pesca Litoral Rural 2021/2027;

b) Uma dotação FEAMPA no MAR 2030 de 3.326.776 € para o GAL-Pesca Litoral Rural correspondente à aplicação de uma percentagem de 13,83% que, por seu turno resulta do somatório de duas componentes que foram tidas em consideração para o cálculo da dotação FEAMPA proposta:

   I. Por um lado, a aplicação da percentagem efetiva de participação do GAL Costeiro Litoral Norte no Mar 2020, ou seja 12,57% da dotação global (sem a EDL e GAL-Pesca das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira);

   II. A que acresce, um reforço de 10% da percentagem de participação do GAC Litoral Norte no Mar 2020, fundamentado num conjunto de factos objetivos que de seguida são expostos. Desde logo, na dimensão populacional do território de intervenção comparativamente aos restantes GAL-Pesca e, sobretudo, em virtude do crescimento da população evidenciado nos resultados do Censos 2021, constatado no diagnóstico efetuado. Esta situação de crescimento populacional registado no território de intervenção, contrasta com a evolução demográfica verificada na maioria dos GAL-Pesca que registam perdas, em alguns casos, significativas de população. Por outro lado, a necessidade de reforço da dotação FEAMPA relativamente à percentagem verificada na participação no orçamento DLBC do Mar 2020 justifica-se, simultaneamente, pelo enorme acréscimo de população imigrante radicada na área de intervenção do Litoral Rural. Os números recolhidos empiricamente apontam para uma comunidade de cerca de 600 imigrantes radicados no território, correspondendo a um acréscimo exponencial desta população. Este fenómeno exige uma atenção e um esforço de investimento relevantes no sentido de proporcionar soluções e respostas adequadas à criação de condições de integração desta comunidade no seio das comunidades costeiras, contribuindo para evitar situações socialmente indesejáveis;

   Desta feita, propõe-se uma majoração de 10% da dotação FEAMPA para o GAL-Pesca Litoral Norte que acresce à dotação proporcional calculada em função da distribuição de FEAMPA que teve lugar no MAR 2020;

c) Manutenção das atuais 12 EDL/GAL do Continente;

d) Uma despesa pública global para o GAL-Pesca Litoral Rural de 4.752.537 €, calculada numa base de financiamento de 70% pelo FEAMPA, nos termos do aviso do MAR 2030.

Para a repartição do Investimento na estratégia de DLBC, considerou-se:

- Uma repartição da despesa pública de 50% (2.376.269 €) para investimento privado e 50% (2.376.269 €) para investimento público;
- Uma taxa de financiamento do investimento privado de 50% e de 85% para o investimento público, a que corresponde um investimento respetivamente de 4.752.537€ e 2.795.610 €, que perfaz um total de 7.548.148€ para aplicação na estratégia de DLBC.

Para os Custos de Funcionamento e Animação de DLBC, estima-se uma dotação FEAMPA de 831.694 € e uma despesa pública de 1.188.134 €, correspondente a 25% do montante de cada EDL.

Considerando uma taxa de financiamento de 100%, para os Custos de Funcionamento e Animação de DLBC, o investimento será de igual montante à despesa pública.

Tendo presente a estimativa de dotação FEAMPA e de investimento público e privado com que se espera venha a ser consagrado o GAL-Pesca Litoral Rural para a concretização da sua EDL, aborda-se de seguida as

principais intervenções a levar a efeito que, como não podia deixar de ser, encontram-se ancoradas nos cinco objetivos estratégicos e 21 objetivos operacionais.

As **principais intervenções FEAMPA** previstas levar a efeito no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Local do GAL-Pesca Litoral Rural são:

- **Planos de salvaguarda e valorização da rede de Aldeias do Mar do Litoral Rural,** incluindo a realização de intervenções de regeneração urbana e a qualificação de infraestruturas e equipamentos (Ex armazéns para aprestos de pesca, áreas de apoio aos pescadores e à atividade piscatória, recuperação de pequenos equipamentos culturais, sociais e de lazer, etc.)

- **Programa de qualificação e promoção da náutica de recreio**, compreendendo a aquisição/ construção/instalação de infraestruturas e equipamentos de apoio à prática de atividades náuticas ao longo da orla costeira, nos termos e de acordo com os condicionalismos impostos pelo POOC, e promovendo a articulação com a rede de Estações Náuticas existentes no território;

- **Pescado, alimentação, culinária e restauração,** compreendendo a valorização do pescado (principalmente das espécies menos valorizadas do mercado) e demais produtos do mar (p.e. algas), promoção dos circuitos curtos de comercialização, da alimentação saudável, da valorização e promoção dos produtos locais de qualidade, da economia circular e de articulação entre os produtos de qualidade mar e da terra, promoção e digitalização, etc.

- **Ações coletivas de apoio à competitividade, ao investimento qualificado e à inovação no âmbito da Economia Azul** – elaboração de estudos, designadamente para a determinação do potencial e identificação de oportunidades de negócio e investimento assentes no conhecimento e tecnologia no âmbito da Economia Azul (Ex. Estudo de determinação do potencial de instalação de unidades de produção de macroalgas em mar aberto e desenvolvimento de equipamentos e métodos de produção ajustados.)

- **Programa de valorização e promoção do património cultural e natural do Litoral Rural,** inclui intervenções de valorização e de promoção do património cultural, material e imaterial, principalmente associado às comunidades costeiras e piscatórias, bem como dos valores e recursos naturais do território, incluindo pequenas intervenções infraestruturais e de equipamentos que qualifiquem a experiência de visita e o usufruto, bem como intervenções para valorizar e preservar o património natural, os ecossistemas e os habitats marinhos, costeiros e fluviais.

- **Sistema de apoio ao investimento empresarial qualificado na Economia Azul** da iniciativa de micro e pequenas empresas, para promoção da eficiência da internacionalização e da inovação de processos, produtos e/ou serviços, incentivo ao surgimento de novas áreas de atuação ligadas à economia azul, maior aproveitamento dos recursos aquícolas, etc.;

- **Capacitação e Inovação Social,** projeto de aprofundamento da abordagem *bottom-up* do desenvolvimento local, baseado nas comunidades que pretende habilitar e dotar, capacitando o tecido institucional e a população em geral para a sua participação e envolvimento ativo no desenvolvimento sustentável do território de intervenção.

Sem prejuízo da importância que têm todas as ações e intervenções para a realização da Estratégia de Desenvolvimento Local para a Valorização Costeira e Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027, estas sete intervenções constituem-se como as mais relevantes na medida em que concorrem de uma forma mais direta para atingir os objetivos estratégicos propostos.

7. Indicadores

Indicadores de Realização Comuns

Indicador	Unidade de Medida	Objetivo (2024)	Meta (2029)
Operações	*Nº*	18	61

O indicador de realização comum para o GAL foi estimado tendo em consideração uma redistribuição proporcional do total previsto para o eixo 3 do FEAMPA.

Indicadores de Resultado Comuns

ID	Indicador	Unidade de Medida	Meta (2029)	Origem dos dados [200]	Comentários [200]
CI 03	*Empresas Criadas*	*Nº*	3	Mar 2030	Os indicadores de Resultados Comuns para o GAL foram estimados tendo em consideração uma redistribuição proporcional do total previsto para o eixo 3 do FEAMPA.
CI 06	*Postos de Trabalho Criados*	*Nº de pessoas*	27	Mar 2030	
CI 07	*Postos de trabalho mantidos*	*Nº de pessoas*	103	Mar 2030	

8. Lista de operações planeadas de importância estratégica para a execução da EDL– Projetos Âncora

Designação	Beneficiário	Calendário	Montante Investimento (€)	FEAMPA (€)
Planos de salvaguarda e valorização da rede de Aldeias do Mar do Litoral Rural	Autarquias locais e suas associações, associações sem fins lucrativos	2021-2027	748 739,50 €	445 500 €
Programa de qualificação e promoção da náutica de recreio,	Autarquias locais e suas associações, associações sem fins lucrativos, Micro e pequenas empresas;	2021-2027	1 098 811,26 €	484 000 €
Pescado, alimentação, culinária e restauração	Autarquias locais e suas associações, associações sem fins lucrativos, cooperativas de produtores Micro e pequenas empresas;	2021-2027	1 210 462,19 €	533 500 €
Ações coletivas de apoio à competitividade, ao investimento qualificado e à inovação no âmbito da Economia Azul	Centros de investigação e tecnológicos, Instituições de ensino (ex. CIIMAR, Escola Superior de Hotelaria e Turismo IPP), Centros de formação Profissional, Cooperativas de produtores	2021-2027	388 235,30 €	231 000 €
Programa de valorização e promoção do património cultural e natural do Litoral Rural	Autarquias locais e suas associações, associações sem fins lucrativos	2021-2027	831 932,77 €	495 000 €
Sistema de apoio ao investimento empresarial qualificado na Economia Azul	Micro e Pequenas Empresas; Associações sem fins lucrativos (ex. associações empresariais), Cooperativas de produtores	2021-2027	2 146 386,56 €	946 000 €
Capacitação e inovação social	Autarquias locais e suas associações, associações sem fins lucrativos, Instituições de ensino (ex. Escola Superior de Hotelaria e Turismo IPP; Escola Superior de Media Artes e Design, do Politécnico do Porto), Centros de formação Profissional	2021-2027	322 312,16 €	191 776 €

9. Instrumentos de gestão, acompanhamento e avaliação da implementação da EDL

A implementação da Estratégia pressupõe a definição de um conjunto de instrumentos que permitam a animação, o acompanhamento e a monitorização permanente das iniciativas desenvolvidas e dos projetos aprovados, bem como uma avaliação contínua dos resultados obtidos e das metas alcançadas, permitindo que ao longo do tempo sejam realizados os ajustes necessários por forma a garantir a prossecução dos objetivos e metas definidos.

Assim, e tendo em vista a gestão, animação, acompanhamento, monitorização e avaliação da implementação da EDL para a valorização das comunidades piscatórias e de aquicultura do Litoral Rural para o período 2021-2027, serão usados os seguintes mecanismos:

A-Gestão

- Elaboração e assinatura do protocolo de parceria que tem por objeto: *"a) A definição das responsabilidades respetivas na elaboração e execução da "Estratégia de Desenvolvimento Local para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027" e respetiva candidatura à DLBC Costeira (GAL-Pesca Litoral Rural), cujo conteúdo será estruturado em parceria com todas as entidades que assinam o presente protocolo; b) Estabelecer os objetivos da parceria e as obrigações das partes; c) A formalização da criação do GAL-Pesca Litoral Rural, sem personalidade jurídica, constituído pelas entidades subscritoras do presente protocolo de parceria; d) A designação do Parceiro Gestor; e) O estabelecimento da orgânica e das regras de funcionamento da Parceria*".
- Elaboração do regulamento específico de funcionamento de cada um dos órgãos que integram a estrutura da parceria: Órgão de Administração, Conselho Geral e Secretariado Técnico, bem como do fluxograma de procedimentos entre os mesmos.

B-Avaliação interna (acompanhamento e monitorização)

Do ponto de vista funcional, o Órgão de Administração e o Secretariado Técnico assegurarão um conjunto de tarefas de acompanhamento e avaliação da execução da EDL, designadamente no que se refere à monitorização dos indicadores de execução física e financeira dos projetos. Para isso serão desenvolvidas as seguintes tarefas:

- Reuniões de trabalho e contactos permanentes com os promotores;
- Análise dos pedidos de pagamento;
- Realização das visitas de acompanhamento das operações;
- Notificação dos promotores para efeitos de avaliação da execução das operações e preparação de respostas a esclarecimentos solicitados no âmbito de auditoria e controlo interno;
- Monitorização da execução;
- Elaboração, por parte do Secretariado Técnico, de relatórios anuais de execução, os quais serão aprovados pelo Órgão de Administração e submetidos à apreciação do Conselho Geral. Estes relatórios, a elaborar até ao fim do primeiro trimestre de cada ano, devem apresentar informação sobre os projetos aprovados, os pedidos de pagamento efetuados e os resultados previstos e atingidos de forma clara e concisa, de forma a permitir avaliar a aderência aos resultados e metas definidos e verificar a necessidade de introduzir alterações à intervenção da parceria ou à EDL aprovada;
- Elaboração e aplicação de inquérito por questionário para avaliar a satisfação dos parceiros relativamente ao nível da divulgação, animação de parceria, informação, projetos apoiados e serviço prestado pela LITORAL RURAL.

C-Avaliação externa

A avaliação externa da execução da EDL será realizada por uma equipa de peritos independentes e deverá verificar o grau de cumprimento dos objetivos e metas inicialmente estabelecidas, bem como o respetivo processo de implementação, procurando melhorar, sempre que possível, a eficácia e a eficiência do processo de execução. Assim, esta avaliação será realizada em dois momentos:

- **Avaliação intermédia** – a realizar no prazo a meio percurso do período da implementação da Estratégia, com vista a avaliar o seu grau de execução física e financeira, identificar eventuais desvios e verificar a necessidade de introduzir alterações à intervenção da parceria ou à EDL aprovada, identificar eventuais constrangimentos à sua implementação e realizar recomendações e propostas de melhoria;
- **Avaliação final** – a realizar no final do período de execução para avaliar o grau de execução final da estratégia, os principais resultados alcançados, o grau de eficácia e eficiência do processo de implementação e eventuais recomendações e propostas de melhoria, servindo de base para a eventual definição de orientações estratégicas futuras.

Após a realização das avaliações serão realizados seminários para divulgação e apresentação dos resultados tendo em vista proporcionar momentos de reflexão alargados a toda a comunidade costeira e piscatória em torno dos resultados e das medidas a tomar para prossecução dos objetivos e das metas da EDL.

10. Estratégia de dinamização da procura qualificada dos apoios da EDL

Conscientes de que o sucesso da implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local definida depende, em grande medida da capacidade: i) de dinamização da parceria que constitui o GAL-Pesca Litoral Rural; ii) de trabalhar de forma articulada e em rede e, iii) de realizar uma comunicação/divulgação eficaz da Estratégia, respetivos objetivos de intervenção, âmbito geográfico de aplicação e resultados, ao longo dos próximos anos de vigência desta estratégia serão promovidas diversas ações com vista a:

a) Estimular a comunicação periódica entre os parceiros que constituem o GAL-Pesca Litoral Rural, bem como o seu envolvimento e participação ativa nas diversas ações promovidas, através do desenvolvimento de novas ferramentas colaborativas;

b) Transformar a parceria numa rede colaborativa que agregue os esforços de entidades públicas e privadas em prol do desenvolvimento e promoção das comunidades piscatórias e sua cultura e tradições;

c) Promover a criação de sinergias locais que possibilitem o aparecimento de iniciativas válidas que concorram no âmbito dos objetivos de intervenção;

d) Difundir a Estratégia e o contributo do GAL-Pesca Litoral Rural para a promoção de uma economia azul sustentável e o desenvolvimento das comunidades piscatórias e de aquicultura do território de intervenção, através das oportunidades e apoios que disponibiliza, bem como dos impactos e resultados dos projetos apoiados.

Para atingir estes objetivos serão utilizados diversos meios e levadas a efeito um conjunto de iniciativas, entre as quais se destacam:

a) No âmbito da dinamização da parceria que constitui o GAL-Pesca Litoral Rural

- **Ações de informação/capacitação diversificadas destinadas aos parceiros,** seja diretamente através do Secretariado Técnico, seja através de recursos externos, para adquirem metodologias de trabalho que lhes permitam agir como nós da rede de animação e de acompanhamento da EDL na organização de iniciativas de sensibilização e de apoio à divulgação das oportunidades, designadamente dos convites à apresentação de pedidos de apoio;

- **Realização de reuniões periódicas** formais (no âmbito dos respetivos órgãos) e informais para consultas e/ou recolha de contributos, acompanhamento e avaliação;
- **Disponibilização de uma ferramenta colaborativa online** para partilha/disponibilização de informação, distribuição de documentos de trabalho e de interesse (p.e. relatórios anuais de monitorização), recolha de contributos;
- **Promover o seu envolvimento ativo nas ações de comunicação** (p.e., seminários técnicos), bem como garantir que prestam o apoio necessário na(s) sua(s) área(s) de especialidade (p.e., pareceres técnicos; informação especializada, etc.);

b) No âmbito da divulgação da EDL, avisos para apresentação de candidaturas e seus resultados

- **Realização de um seminário para apresentação da EDL,** após a aprovação da versão final, o qual será publicitado nos meios de comunicação locais e regionais e pelos parceiros do GAL, procurando-se que a participação seja o mais ampla possível;
- **Presença assídua nos órgãos de comunicação social locais e nacionais,** através de um relacionamento permanente e de um fluxo contínuo de informação, como forma de divulgação da EDL, dos seu objetivos, ações e resultados obtidos;
- **Criação de micro site GAL-Pesca Litoral Rural**, principal canal de informação e de interação com a parceria, os promotores de projetos e a comunidade em geral. O micro site assumirá diferentes funcionalidades de acordo com as fases da preparação, execução, e avaliação da EDL GAL-Pesca Litoral Rural;
- **Publicação dos avisos para apresentação das candidaturas,** no micro site do GAL-Pesca Litoral Rural, na página da internet de cada membro da parceria e divulgação nos meios de comunicação locais;
- **Apresentação pública dos avisos de concurso**, através de sessões informativas e de esclarecimento a realizar em cada um dos concelhos que integram o território de intervenção, em particular junto das respetivas comunidades piscatórias e de aquicultura, com especial foco no público-alvo destinatário do respetivo concurso. Estas sessões serão objeto de publicitação nos meios de comunicação locais e regionais, assim como juntos parceiros do GAL-Pesca Litoral Rural.

Por último referir que:

- Nas sessões públicas que forem realizadas procurar-se-á dar relevo a experiências e projetos de sucesso que possam ser considerados como boas práticas com potencial de demonstração;
- Em todas as ações de publicitação da EDL será divulgado e valorizado o papel da União Europeia e dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento ao serviço do desenvolvimento regional e em particular das pescas e do desenvolvimento das comunidades piscatórias e de aquicultura, na observância estrita das regras e obrigações que nesta matéria impendem sobre o GAL-Pesca Litoral Rural.

11. Estratégia de dinamização da parceria na conceção e no acompanhamento da execução da EDL

11.1-Dinamização da parceria na conceção da EDL

A Litoral Rural – Associação para o Desenvolvimento Regional, enquanto parceiro gestor do GAL-Pesca Litoral Rural, promoveu a realização dos trabalhos necessários à construção da "Estratégia de Desenvolvimento Local para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027", com o apoio da Área Metropolitana do Porto, enquanto parceiro e gestor do GAL para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Norte da AMP e responsável pela elaboração e execução da EDL 2015-2020 para este mesmo território de intervenção, (12 freguesias dos concelhos de Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim) e restantes parceiros.

Assim, a construção participada da EDL para o período 2021-2027 e a preparação da presente candidatura tiveram por base:

- Os resultados alcançados com a implementação da Estratégia definida para o período 2015-2020, patentes na avaliação intercalar (realizada no primeiro trimestre de 2019) e na avaliação final da sua execução;
- As propostas que resultaram do trabalho colaborativo desenvolvido durante os três Workshops de cariz técnico promovidos pela AMP no 1º semestre de 2022 no âmbito dos três primeiros objetivos estratégicos e domínios temáticos da "EDL para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Norte da AMP 2015-2020", que estabelecem um quadro de orientações para a ação futura nas comunidades que integram o GAL e que contaram com uma participação alargada por parte das entidades que integram a parceria de suporte ao GAL Pesca Litoral Rural ;
- Os contributos obtidos através da participação e envolvimento ativo dos atores locais (municípios e restantes parceiros, promotores de projetos, comunidade local, etc.) num conjunto de sessões de trabalho/reflexão promovidas no primeiro trimestre de 2023 tendo em vista a construção da Estratégia e que foram dinamizadas pelo Parceiro Gestor a Litoral Rural em cada um dos três concelhos que fazem parte do território de intervenção.
- De assinalar, ainda, se bem que menos visíveis, mas não menos importante, os contactos informais que foram estabelecidos com todos os membros da parceria no sentido de explicitar a proposta de EDL e recolher contributos específicos na respetiva área de atuação.

Na tabela são listadas as principais reuniões/sessões de trabalho realizadas em torno da elaboração da EDL para o período 2021-2027.

SESSÃO TRABALHO	DATA	OBJETIVO	PARTICIPANTES
Workshop OE #1 "preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas" – Póvoa de Varzim	11/02/2022	Refletir sobre os padrões de ação e os desajustamentos que constituem obstáculos ao desenvolvimento das comunidades em causa, e estruturar as aspirações para o seu desenvolvimento no horizonte temporal de 2030.	21 entidades
workshop OE #2 "diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos" - Matosinhos	10/02/2022		24 entidades
Workshop OE #3 "reforçar a competitividade das Pescas e crescer na cadeia de Valor dos produtos da pesca" – Vila do Conde	07/02/2022		15 entidades

Sessão de trabalho no Município de Vila do Conde	16/01/2023	Recolher de contributos dos principais parceiros na construção da Estratégia de Desenvolvimento Local 2021-2027	18 entidades
Sessão de trabalho no Município de Póvoa de Varzim	19/01/2023		14 entidades
Sessões de trabalho individualizadas no Município de Matosinhos	Janeiro 2023		Contactos individualizados com 10 entidades locais

11.2-Dinamização da parceria na execução da EDL

No que respeita ao acompanhamento da execução da EDL, e no seguimento do trabalho de consulta/envolvimento ativo dos principais intervenientes na sua construção, integram a parceria institucional 64 organizações (28% públicas e 72% privadas) identificadas no Quadro A2 – Parceria do ficheiro excel, as quais assinaram o protocolo que define, entre outras, as respetivas responsabilidades na elaboração e execução da "EDL para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027" e respetiva candidatura à DLBC Costeira, tendo sido designada a LITORAL RURAL – Associação para o Desenvolvimento Regional como Parceiro Gestor.

Os parceiros terão como principais funções:

a) Responder às solicitações de informações, facilitando ainda os documentos que venham a ser considerados necessários;

b) Transmitir ao Parceiro Gestor informação necessária à alimentação do sistema de acompanhamento;

c) Divulgar e promover a "Estratégia de Desenvolvimento Local para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027" nas suas áreas e sectores de intervenção, particularmente junto dos agentes do território do GAL Litoral Norte;

d) Fomentar a participação da população no desenvolvimento do território de intervenção;

e) Contribuir para a boa execução da "EDL para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027", particularmente nas matérias em que o parceiro esteja mais envolvido e responsabilizado, nomeadamente:

   i. Proceder ao levantamento e identificação de potenciais iniciativas e projetos que possam vir a ser apoiados que se enquadrem na "Estratégia de Desenvolvimento Local para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027";

   ii. Apoio à montagem técnica, financeira e institucional de pré-projetos de candidatura aos referidos fundos de financiamento.

f) Realizar, participar ou aderir a iniciativas conducentes à mobilização de recursos necessários à maximização dos objetivos da "EDL para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027".

Procurou-se envolver no GAL-Pesca Litoral Rural todas as entidades que desenvolvem atividades relacionadas com os objetivos desta EDL, integrando 46 entidades privadas e 18 entidades públicas (das quais 3 autarquias locais, 12 Juntas de Freguesias/U.F., 1 associação de municípios e 2 entidades de ensino) nas seguintes áreas: Administração local; Promoção do Desenvolvimento local e regional; Ensino; Formação; Investigação; Segurança no mar; Associações empresariais; Desenvolvimento de atividades marítimo-turísticas; construção naval; inclusão e solidariedade social; valorização da cultura marítima; pesca e aquacultura; associações empresariais; Restauração/Gastronomia local especializada nos produtos ligados ao mar, etc.

Sem prejuízo de ajustamentos que venham a ser feitos à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações, metas e indicadores) e das regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo das Autoridades de Gestão propõe-se, desde já, um modelo de governação assente em três órgãos: Órgão de Administração, Conselho Geral e Secretariado Técnico.

Órgão de Administração: constituído por 5 elementos privados representativos das forças da região, duas das quais da fileira das pescas, cada uma delas com direito a um voto. Será presidido pela Litoral Rural – Associação para o Desenvolvimento Regional e terá 4 vogais (Propeixe OP - Cooperativa de Produtores de Peixe do Norte, C.R.L.; Clube Naval Povoence; Associação dos Produtores de Pesca do Litoral Norte - A.P.P.L.N.; Escola Superior de Hotelaria e Turismo - Instituto Politécnico do Porto). A sua principal função é praticar todos os atos convenientes à prossecução dos fins do protocolo de parceria, no âmbito da regulamentação aplicável, designadamente:

a) Propor a admissão e exclusão de novos parceiros;

b) Acompanhar e avaliar a aplicação prática e execução física e financeira da "EDL para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027";

c) Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização da "EDL para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027";

d) Decidir, com base nos pareceres emitidos pelo Secretariado Técnico sobre os Pedidos de Apoio apresentados, de acordo com as orientações técnicas definidas pelas autoridades de gestão;

e) Representar o GAL-Pesca Litoral Rural;

f) Aprovar a regulamentação específica proposta pelo Secretariado Técnico, garantindo que a mesma incorpora as orientações técnicas das autoridades de gestão;

g) Aprovar e submeter às autoridades de gestão os avisos de abertura de concurso, elaborados pelo Secretariado Técnico, em conformidade com as orientações técnicas das autoridades de gestão;

h) Aprovar e submeter às autoridades de gestão os relatórios de execução anual da "EDL para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027".

Conselho Geral: composto por todos os parceiros que integram o GAL-Pesca Litoral Rural. O Conselho Geral reúne, pelo menos, uma vez por ano, por convocatória do Órgão de Administração e as suas principais funções são:

a) Dar parecer sobre a proposta de admissão de novos parceiros, formalizada pelo Órgão de Administração, ou por 2/3 dos membros do Conselho Geral;

b) Pronunciar-se sobre os relatórios anuais de atividades apresentados pelo Órgão de Administração;

c) Pronunciar-se, sempre que para o efeito seja solicitado pelo Órgão de Administração, sobre todas as matérias de interesse para a atividade do GAL-Pesca Litoral Rural, bem como em temas associados ao desenvolvimento sustentável das zonas pesqueiras.

Secretariado Técnico: assegurado pela Litoral Rural enquanto parceiro gestor, está estruturado em torno de uma área de coordenação técnica/administrativa e operacional da implementação da EDL, acompanhamento e dinamização das ações de animação territorial e de interação com potencias beneficiários e uma área funcional de análise de pedidos de apoio, controlo administrativo e pedidos de pagamento, ficando salvaguardada o respeito pelo princípio da segregação das funções (separação entre a análise das candidaturas, análise dos pedidos de pagamento e verificações física).

O desenho do modelo de gestão proposto obedece, integralmente, aos princípios orientadores em que assenta a governação do Portugal 2030, designadamente: i) Concentração; ii) Simplificação; iii) Orientação para resultados; iv) Abertura à inovação; v) Transparência e prestação de contas; vi) Segregação das funções de gestão e da prevenção dos conflitos de interesses.

12. Identificação do contexto operacional da Entidade Gestora, designadamente, do seu papel no âmbito de outros Programas de Investimento ou de outras iniciativas de caráter local e/ ou europeu

A **LITORAL RURAL**, criada em fevereiro de 2015, teve como principal desígnio para a sua constituição o reconhecimento como Entidade Gestora do GAL Rural, tendo obtido o seu reconhecimento em novembro de 2015, assumindo responsabilidades e competências no âmbito da Gestão da EDL no território de intervenção que abrange 39 freguesias pertencentes aos concelhos da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.

A **LITORAL RURAL,** acreditada como organismo intermédio, tem como principal propósito a implementação de uma EDL, num território de intervenção que nunca tinha sido abrangido pela abordagem de DLBC na componente rural, tendo como prioridade gerar valor económico, cultural e social a partir de recursos diferenciadores do território.

Para o financiamento da EDL, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global para o território de 4.122.174,08 euros.

A operacionalização da EDL possibilitou a criação de uma rede de apoio – através de parceiros locais e gabinetes de apoio municipal - facilitando o acesso dos potenciais beneficiários aos instrumentos de apoio e promovendo o investimento empresarial na reestruturação da produção agrícola, na valorização dos produtos de base local, no uso de tecnologias mais sustentáveis e na criação de capacidade para intervir nos mercados através de novos processos, tais como criação de marcas, introdução de processos de inovação e certificação e instalação de novas plataformas de negócio em ambientes rurais.

No âmbito da valorização económica do Mar, e como referido no ponto 2., a LITORA RURAL não tem histórico de atuação. No entanto:

- Possui uma ampla experiência acumulada enquanto gestor do GAL Litoral Rural responsável pela implementação da EDL 2015-2020;
- A maioria das entidades que integram a parceria para a constituição do GAL-Pesca Litoral Rural integraram também a parceria do GAL Litoral Norte da AMP, pelo que possuem a experiência acumulada da implementação, dinamização e acompanhamento da EDL para a Valorização Costeira e Pesqueira do Litoral Norte da AMP 2015-2020;
- Forma parte da parceria para a constituição do GAL-Pesca Litoral Rural a Área Metropolitana do Porto, enquanto entidade gestora do GAL responsável pela implementação da EDL para a Valorização Costeira e Pesqueira do Litoral Norte da AMP 2015-2020), tendo o GAL e as lideranças autárquicas entendido escolher, neste novo período de programação, uma entidade gestora mais próxima do território;
- Para além da AMP, fazem também parte desta parceria um número alargado de entidades públicas e privadas que abrangem diversas áreas relacionadas direta e indiretamente com o mar, a economia azul e as comunidades piscatórias e de aquicultura;
- Dado que a estratégia de operacionalização da LITORAL RURAL configura uma intervenção alargada que exige competências técnicas especializadas, os parceiros e a sua experiência assumem grande preponderância. Assim, importa referir que:
    - os 3 municípios e 12 juntas de freguesia do território de intervenção têm longa experiência na implementação de programas/projetos de desenvolvimento territorial nas áreas social, cultural e económica, bem como na implementação da EDL para a Valorização Costeira e Pesqueira do Litoral Norte da AMP 2015-2020
    - as associações de pescadores (Mútua dos Pescadores - Mútua de Seguros, CRL; Associação de Apoio aos Profissionais da Pesca; Associação dos Produtores de Pesca do Litoral Norte; Apropesca - Organização de Produtores de Pesca Artesanal; Associação Mútua dos Armadores de Pesca de Angeiras; Propeixe OP - Cooperativa de Produtores de Peixe do

Norte, C.R.L.;) têm experiência acumulada nas áreas da pesca e da aquacultura sustentável, desenvolvimento de atividades turísticas e desportivas, valorização da cultura marítima; apoio social às comunidades piscatórias, etc.);

- as associações empresariais participantes na parceria (Associação Comercial e Industrial de Vila do Conde; Associação Empresarial da Póvoa de Varzim; Associação Empresarial do Concelho de Matosinhos, etc.) apresentam experiência e ferramentas adequadas para a implementação de projetos de desenvolvimento empresarial, nomeadamente nas áreas do empreendedorismo, inovação, formação profissional, etc.;
- as entidades da área da educação e da Investigação e desenvolvimento (CEIIA - Centro de Engenharia e Desenvolvimento; Escola Superior de Media Artes e Design, do Politécnico do Porto; CIIMAR – Universidade do Porto; Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Instituto Politécnico do Porto) têm larga experiência na conceção e implementação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, nomeadamente no contexto de setores de atividade relacionados com a economia azul;
- as organizações parceiras nas áreas da ação social e solidariedade (Associação de Proteção à Terceira Idade A. F. Vila Cova; Associação Portuguesa de Paramiloidose; Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde; ADEIMA - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos) têm competências na instalação de projetos de desenvolvimento integrado das comunidades, de empreendedorismo e inovação social;
- as entidades privadas relacionadas com a indústria das pescas, os recursos provenientes do mar e a construção naval (Ramirez & CA (Filhos) S.A.; Conservas Pinhais & Cia, LDA.; Falcamar - Comercio de Mariscos, Lda.; Conservas Portugal Norte Lda.; Docapesca - Portos e Lotas S.A.; União Construtora Naval, Lda.; Samuel & Filhos, Lda.) têm experiência acumulada no desenvolvimento, inovação e comercialização de produtos e serviços na área aquícola e pesqueira;
- as associações culturais participantes na parceria (Bind'Ó Peixe – Associação Cultural; Associação de Ex-Marinheiros da Armada de Vila do Conde) possuem experiência na implementação de projetos culturais, nomeadamente nas áreas da etnografia, música, gastronomia e artesanato, com especial ênfase na valorização da cultura marítima;
- As diversas entidades direta e indiretamente relacionadas com o setor do turismo, têm competências no desenvolvimento de experiências relacionadas com o mundo náutico (turístico e desportivo), oferta gastronómica especializada nos produtos ligados ao mar; etc.

Posto isto, estamos convictos de que a LITORAL RURAL, conjuntamente com o resto das entidades que integram a parceria que constitui o GAL-Pesca Litoral Rural, reúne as competências e a experiência necessária para a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Rural 2021/2027", que dará continuidade ao trabalho realizado no período 2015-2020, procurando consolidar resultados com vista ao desenvolvimento sustentável da economia azul e desenvolvimento das comunidades piscatórias e de aquicultura.